

# SEGES

SECRETARIA DE ESTADO  
DE GESTÃO



**Acesso à Participação**

**Editais de Licitação**

**Compra Direta**

**Fornecedores**

**Consultas**

**Banco de Especificação**

**Pregões**

**Result: Licitação**

**Registro de Preço**

**Proposta Pregão Presencial**

**Acesso a Servidores**

**Sistema de Aquisição**

**SIAG-C**

**Licitações ao Vivo**

**Ver ata**

**Assistir Pregão**

**Item Compra**

**Código:** 51177

**Descrição:** FORNECIMENTO DE PASSAGEM TERRESTRE, INTERMUNICIPAL, PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO SOBRE A TARIFA.

**Unidade de Medida:** R\$

**Situação:** Ativo

**Tipo:** Serviço

**Produto:** PASSAGEM RODOVIÁRIA

Data Envio	CPE/CNPJ	Razão social	Pregão	nº pesquisa
26/10/2018	36932853000109	ARARAUNA TURISMO ECOLÓGICO LTDA - EPP	1,00	12043
26/10/2018	16816196000127	AMERICAN TUR LTDA ME	1,00	12043
26/10/2018	55334262000184	EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A	1,00	12043

UNEMAT-Reitoria  
CPL  
Fts. nº 33  
Rubrica



UNEMAT-Reitoria
CPL
Fis. nº 34
Rubrica

**Altera a Resolução nº 018 de 23/05/2002**

**Alterada pela Resolução 1383 de 29/03/2006**

**Alterada pela Resolução 1922 de 28/03/2007**

**Alterada pela Resolução 1928 de 28/03/2007**

### **Resolução nº 978, de 25 de maio de 2005**

*Fixa procedimentos relativos à venda de bilhetes de passagem nos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dá outras providências.*

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes ANTT, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 20, inciso II, 22, inciso III, 24, inciso IV, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o art. 101, do Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, fundamentada nos termos do Relatório DGR 083/2005, de 24 de maio de 2005 e no que consta do Processo nº 50500.209157/2004-72, RESOLVE:

~~Art. 1º Fixar procedimentos relativos à venda dos bilhetes de passagens nos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, disciplinados pelo referido Decreto.~~

Art. 1º Fixar procedimentos relativos à venda dos bilhetes de passagem nos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.  
(Alterado pela Resolução nº 1922, de 29.3.07)

~~Art. 2º Para fim desta Resolução, bilhete de passagem é o documento que comprova o contrato de transporte com o usuário.~~

Art. 2º Para os fins desta Resolução, serão usados os conceitos e os termos técnicos definidos no GLOSSÁRIO Anexo à Resolução ANTT nº 16, de 23 de maio de 2002. (Alterado pela Resolução nº 1922, de 29.3.07)

Art. 3º Os usuários dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros somente poderão ser transportados de posse dos respectivos bilhetes de passagem.

~~Parágrafo único. Crianças até cinco anos, desde que não ocupem assentos, os agentes de fiscalização do transporte de passageiros da ANTT, quando em serviço, e outras pessoas especificamente alcançadas em legislação própria, poderão ser transportadas sem o respectivo bilhete de passagem.~~

Parágrafo único. Crianças de até seis anos incompletos, desde que não ocupem poltronas, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao transporte de menores, servidores da área de transporte de passageiros da ANTT, quando em serviço de fiscalização, e outras pessoas contempladas em legislação

própria, poderão ser transportadas sem o respectivo bilhete de passagem. (Alterado pela Resolução nº 1922, de 29.3.07)

Art. 4º Os bilhetes de passagem poderão ser emitidos manual, mecânica ou eletronicamente e deles constarão, no mínimo, as seguintes indicações:

I - nome, endereço da transportadora, número de inscrição no CNPJ e data de emissão do bilhete;

II - denominação (bilhete de passagem);

III - preço da passagem;

IV - número do bilhete e da via, a série, ou a subsérie, conforme o caso;

V - origem e destino da viagem;

VI - prefixo da linha e suas localidades terminais;

VII - data e horário da viagem;

VIII - número da poltrona;

IX - agência emissora do bilhete; e

X - nome da empresa impressora do bilhete e número da respectiva inscrição no CNPJ.

§ 1º Quando se tratar de viagem em serviço diferenciado, o bilhete conterà, também, a indicação do tipo de serviço.

~~§ 2º Nas linhas de característica semi-urbana poderão ser utilizados bilhetes simplificados ou aparelhos de contagem mecânica de passageiros, desde que asseguradas as condições necessárias ao controle e à coleta de dados estatísticos.~~

§ 2º Nas linhas de característica semi-urbana poderão ser utilizados bilhetes simplificados, ou aparelhos de contagem mecânica, eletrônica ou automática de passageiros, desde que asseguradas as condições necessárias ao controle e à coleta de dados estatísticos. (Alterado pela Resolução nº 1922, de 29.3.07)

~~§ 3º Quando a transportadora oferecer tarifa promocional, na forma prevista no § 3º do art. 27 do Decreto nº 2.521, de 1998, deverá constar no bilhete essa situação, mediante a aposição de carimbo com os seguintes dizeres: "TARIFA PROMOCIONAL".~~

§ 3º Quando a transportadora oferecer tarifa promocional, deverá constar no bilhete essa situação, mediante a aposição dos seguintes dizeres: TARIFA PROMOCIONAL . (Alterado pela Resolução nº 1928, de 28.3.07)

§ 4º Fica vedada a emissão de bilhete único de passagem para operação de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros em linhas distintas, que venham a acarretar modificação do serviço delegado.

§ 5º Quando se tratar de compra de bilhete de passagem com data de utilização em aberto, os itens VII e VIII do caput deste artigo poderão ser preenchidos posteriormente, na ocasião da marcação do dia da viagem.

Art. 5º A venda do bilhete deverá ser efetuada diretamente pela transportadora ou por intermédio de agente por ela credenciado, sob sua responsabilidade.

§ 1º A venda do bilhete de passagem deverá ocorrer nos terminais rodoviários de passageiros ou em agências de venda de passagens, legalmente habilitadas, da própria transportadora ou de terceiros.

UNEMAT-Reitoria
CPL
Ass. nº 35
Rubrica

§ 2º A permissionária poderá comercializar passagens no interior dos veículos quando do embarque do passageiro, em ponto de seção autorizada, ao longo da rodovia, respeitadas as seções da linha, e sempre que houver impossibilidade operacional para a realização da venda em pontos fixos.

§ 3º A venda de que trata o § 2º somente poderá ser efetuada pelo motorista do veículo ou por um outro agente credenciado e legalmente habilitado devendo ser, na ocasião, expedido o bilhete e atendido os requisitos exigidos para o embarque.

§ 3º A venda de que trata o § 2º somente poderá ser efetuada pelo motorista do veículo ou por um outro agente credenciado e legalmente habilitado, devendo ser, na ocasião, expedido o bilhete e atendidos os requisitos exigidos para o embarque. (Alterado pela Resolução nº 1922, de 29.3.07)

~~Art. 6º A marcação dos bilhetes de passagens comercializados deverá iniciar-se com antecedência mínima de trinta dias úteis da data da viagem, exceto para as linhas de características semi-urbanas.~~

Art. 6º A marcação dos bilhetes de passagem comercializados deverá iniciar-se com antecedência mínima de trinta dias úteis da data da viagem, exceto para as linhas de características semi-urbanas. (Alterado pela Resolução nº 1922, de 29.3.07)

Parágrafo único. O bilhete de passagem com data de utilização em aberto estará sujeito a reajuste de preço se não utilizada dentro de um ano da data de emissão.

Art. 7º O bilhete de passagem será emitido em, pelo menos, duas vias, sendo que uma via será destinada ao passageiro e não poderá ser recolhida pela transportadora, salvo em caso de substituição.

Parágrafo único. O passageiro deverá indicar o número do bilhete de passagem quando for proceder a reclamação referente a dano ou extravio de bagagem ou sobre atendimento recebido ou serviço prestado pela transportadora.

Parágrafo único. O passageiro deverá indicar o número do bilhete de passagem quando for proceder a reclamação sobre o serviço prestado pela transportadora. (Alterado pela Resolução nº 1922, de 29.3.07)

Art. 8º O usuário poderá desistir da viagem, com obrigatória devolução da importância paga, ou revalidar a passagem para outro dia e horário, desde que se manifeste com antecedência mínima de três horas em relação ao horário de partida, observado o horário de funcionamento do guichê de venda de passagem.

§ 1º Para efeitos do caput deste artigo, a transportadora deverá fixar em local visível o horário de funcionamento dos guichês de venda de passagem, ficando obrigada a aceitar a desistência do contrato de transporte pelo contratante, no caso deste não encontrar o guichê em funcionamento no horário estabelecido.

~~§ 2º Nas hipóteses previstas neste artigo, o transportador terá direito de reter até cinco por cento da importância a ser restituída ao usuário, a título de multa compensatória.~~



§ 2º Somente na hipótese do usuário desistir da viagem, o transportador terá direito de reter até cinco por cento da importância a ser restituída ao usuário, a título de multa compensatória. (Alterada pela Resolução nº 1383, de 29.3.06)

Art. 9º A transportadora deverá fazer constar no verso dos bilhetes de passagem, na via destinada ao passageiro, a transcrição de determinados direitos dos usuários, relacionados no art. 29 do Decreto nº 2.521, de 1998, conforme indicado no Anexo I a esta Resolução.

Art. 10. A inobservância de disposições constantes desta Resolução sujeitará o infrator às penalidades previstas no Decreto nº 2.521, de 1998, bem como a Resolução 233, de 2003.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Fica revogado o Título VIII do Anexo à Resolução no 18, de 23 de maio de 2002.

**JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE**  
**Diretor-Geral**

*Publicado no DOU em: 08/06/2005*



Tribunal de Justiça  
MATO GROSSO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso  
Coordenadoria Administrativa  
Departamento Administrativo – Gerência Setorial de Licitação  
Telefone: (65)3617-3747  
e-mail: licitacao@tjmt.jus.br

UNEMAT - Retom
TJMT
RA nº 36
Fis.
Rubrica

ATA DE REGISTRO PREÇOS N. 149/2017 – CIA 0155950-29.8.11.0000.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 149/2017**

O ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio do PODER JUDICIÁRIO/TRIBUNAL DE JUSTIÇA, CNPJ n. 03.535606/0001-10 com recursos próprios (Fonte 100), ou do FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO/FUNAJURIS, CNPJ sob o nº 01.872837/0001-93 (Fonte 240), sediado no Palácio da Justiça, Centro Político Administrativo, em Cuiabá/MT, CEP 78.049-926, neste ato representado por seu Presidente, Exmo. Desembargador **RUI RAMOS RIBEIRO**, Brasileiro, Casado, portador da Carteira de Identidade n. 8665.407 SSP/SP e do CPF sob o n. 346.327.001-34, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a EMPRESA DE TRANSPORTES **ANDORINHA S/A**, CNPJ nº 55.334.262/0001-84 e Inscrição Estadual n. 562.004.351.116, com sede na Rua Antônio Rodrigues, nº. 1.670, Bairro Vila Formosa, Presidente Prudente/SP, CEP. 19.013-920, doravante denominado FORNECEDOR, neste ato representado pelo Sr. **NELSON CARBONIERI**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº. 3.572.953, expedida pela SSSP/SP e CPF nº. 201.127.188-68, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico n. 96/2017 (CIA 0054524-71.2017.8.11.0000), RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico n. 96/2017, bem como no Termo de Referência n. 001/2017, sujeitando-se as partes as normas constantes na Lei nº 8.666/1993, no Decreto nº 7.892/2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual prestação de serviço, por intermédio de operadora ou agência de viagens, de cotação, reserva e fornecimento de **PASSAGENS TERRESTRES INTERMUNICIPAIS** por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone), conforme especificações contidas no Termo de Referência, **ANEXO I** do Edital de Pregão Eletrônico nº 96/2017.

**1.2.** Independentemente de transcrição, integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico n. 96/2017, o Termo de Referência n. 01/2017 e a proposta vencedora.



Tribunal de Justiça  
MATO GROSSO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso  
Coordenação Administrativa  
Departamento Administrativo - Gerência Setorial de Licitação  
Telefone: (65) 3617-3747  
e-mail: licitacao@tjmt.jus.br

TJ/MT
Fls. _____

ATA DE REGISTRO PREÇOS N.º 149/2017 - CIA 0155950-29.8.11.0000.

## 2. DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA, PLANILHA DEMONSTRATIVA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

### 2.1. Empresa vencedora:

Empresa: **EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A.**  
CNPJ: 55.334.262/0001-84 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 562.004.351.116  
Endereço: Rua Antônio Rodrigues, nº 1.670, Bairro Vila Formosa  
Cidade: Presidente Prudente/SP CEP: 19.013-920  
Telefone: (18) 3223-1160 E-MAIL: vendas@andorinha.com  
Nome do Representante Legal: **NELSON CARBONIERI**  
Carteira de Identidade: 3.572.953 Órgão Expedidor: SSP/SP  
CPF: 201.127.188-68

2.2. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A.	
Descrição do objeto	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM DO TIPO RODOVIÁRIA INTERMUNICIPAL, COM TAXA DE EMBARQUE.
Percentual de desconto	1,89% (UM INTEIRO E OITENTA E NOVE CENTÉSSIMOS POR CENTO)

## 3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 03.601 - Funajuris

Fonte: 100/240

Programa de Trabalho: 036 - Apoio Administrativo

Natureza da Despesa: 3.3.90.33.4.1

Projeto/Atividade/Operação Especial: 2007 - Manutenção dos Serviços Gerais

## 4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.



Tribunal de Justiça  
MATO GROSSO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

Coordenadoria Administrativa

Departamento Administrativo - Gerência Setorial de Licitação

Telefone: (65) 3617-3747

e-mail: licitacao@tjmt.jus.br

UNEMAT-Reitoria
CPI
Fis. nº 34
Fis. Rubrica

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 149/2017 - CIA 0155950-29.8.11.0000.

## 5. DA ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador, poderá ser utilizada por órgãos e entidades da Administração.

5.2. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia ao órgão gerenciador/Departamento Administrativo.

5.3. A utilização desta Ata, por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

- a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
- b) Anuência expressa do fornecedor;
- c) Não exceder a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens ou lotes do instrumento convocatório;

5.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, **na totalidade**, ao **quintuplo do quantitativo de cada item** registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

## 6. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA/FORNECEDOR e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital do Pregão Eletrônico n. 96/2017 e no Termo de Referência.

6.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo.

6.3. O pagamento será efetuado SOMENTE após a verificação e o recebimento dos materiais pelo fiscal.

6.4. No momento da emissão da Nota Fiscal deverão estar acompanhados das Certidões de FGTS, INSS e Certidões Negativas de Débitos: Federal, Estadual, Municipal e Trabalhista, dentro do prazo de validade. O documento fiscal deverá conter as especificações dos objetos entregues.

6.4.1. As empresas do Estado de Mato Grosso que não tiverem cadastradas as Notas Fiscais eletrônicas deverão apresentar comprovante de Nota Fiscal de vendas para Órgão Público.

6.5. Apresentada a Nota Fiscal de Venda, caberá ao Fiscal atestá-la, nos termos do Termo de Referência n. 001/2017 encaminhando-a ao departamento responsável pelo pagamento.



Tribunal de Justiça  
MATO GROSSO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

Coordenadoria Administrativa

Departamento Administrativo – Gerência Setorial de Licitação

Telefone: (65) 3617-3747

e-mail: licitacao@tjmt.jus.br

TJ/MT

Fls. \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO PREÇOS N. 149/2017 – CIA 0155950-29.8.11.0000.**

6.6. Nas aquisições que o valor da nota fiscal superior a R\$ 80.000,00 (Oitenta mil) reais, o recebimento deverá ocorrer junto com a Comissão Permanente de Recebimento de Material, designada pela Portaria n. 247/2016-C.ADM, e o atesto na nota fiscal é em conjunto: fiscal e membros da comissão.

6.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada/Fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante/Órgão Gerenciador.

6.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.9. Antes de cada pagamento, a Contratada/Fornecedor, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

6.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada/Fornecedor, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante/Órgão Gerenciador.

6.11. Não havendo regularização ou, sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante/Órgão Gerenciador, deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante/Órgão Gerenciador deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada/Fornecedor a ampla defesa.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

7.1. A CONTRATADA/FORNECEDOR deverá emitir em aberto, ou, marcar e remarcar as passagens terrestres, interestaduais e intermunicipais, (e-mail e telefone), com fornecimento de bilhete ao interessado sem qualquer ônus para o contratante.



Tribunal de Justiça  
MATO GROSSO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso  
Coordenadoria Administrativa  
Departamento Administrativo – Gerência Setorial de Licitação  
Telefone: (65) 3617-3747  
e-mail: licitacao@tjmt.jus.br

T./MT
UNEMAT-Reitoria
CPL
Fis. nº 28
Rubrica

**ATA DE REGISTRO PREÇOS N. 149/2017 – CIA 0155950-29.8.11.0000.**

7.2. Atender às requisições de passagens terrestres solicitadas pelo fiscal do contrato ou por pessoa autorizada e encaminhar os bilhetes para o endereço comercial ou eletrônico, fax, ou outro meio de comunicação registrado.

7.3. É de responsabilidade da CONTRATADA/FORNECEDOR comunicar ao CONTRATANTE/ÓRGÃO GERENCIADOR quaisquer alterações em horários dos ônibus, com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas. A Contratada/FORNECEDOR também deverá informar a Contratante/ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante envio de correspondência oficial, quando houver aumento de passagens terrestres, indicando seu percentual.

7.4. Cancelar, substituir, e solicitar o reembolso dos bilhetes cancelados sem utilização, adquiridos pela contratante, mediante sua solicitação escrita (por ofício ou por e-mail).

7.5. Assessorar o CONTRATANTE/ÓRGÃO GERENCIADOR na definição do melhor roteiro, horário, frequência dos ônibus.

7.6. Entregar as liberações das passagens terrestres ao fiscal do contrato ou pessoa indicada, mesmo que fora do horário de expediente, nos locais indicados ou quando não for possível, a entrega por correspondência eletrônica.

7.7. Prestar os serviços acima descritos mediante solicitação do FISCAL DO CONTRATO ou pessoa indicada, de forma permanente e regular e nas quantidades solicitadas, dispondo de quadro de pessoal suficiente para o atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissões e outros análogos.

**8. CLÁUSULA OITAVA – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

8.1. O prazo para a entrega dos bilhetes de passagens terrestres será de até 24h (vinte e quatro horas) a partir da solicitação do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, devendo estes ser entregues por meio eletrônico ou endereço indicado pelo fiscal do contrato.

**9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR E DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

9.1. São obrigações do FORNECEDOR:

9.1.1. Emitir relatórios de serviços prestados, mensalmente, com demonstrativos diários, evidenciando quantitativo de passagens terrestres utilizados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, constando no mínimo as seguintes informações:

a) Para bilhetes utilizados:

Transportadora;



Tribunal de Justiça  
MATO GROSSO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso  
Coordenadoria Administrativa  
Departamento Administrativo – Gerência Setorial de Licitação  
Telefone: (65) 3617-3747  
e-mail: licitacab@tjmt.jus.br

TJ/MT
Fis. _____

ATA DE REGISTRO PREÇOS N. 149/2017 – CIA 0155950-29.8.11.0000.

Nº da requisição;  
Data da emissão;  
Nome do passageiro;  
R.G., CPF, Data de Nascimento;  
Número de matrícula (quando houver);  
Nº do bilhete;  
Trecho(s);  
Valor do Bilhete (R\$);  
Desconto da Licitação (%);  
Taxas aplicadas (R\$);  
Valor final (R\$);  
Nº da nota;

**b) Para Totais de bilhetes utilizados mensalmente:**

Total de requisições (R\$);  
Total de bilhetes (R\$);  
Totais Valores Tarifas Aplicadas (R\$);  
Totais Taxas Aplicadas (R\$);  
Total Valor Aquisição de Bilhetes (R\$);

9.1.1.1. Dispor ou fornecer ainda qualquer informação ou dados solicitados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR sendo este pertinente ao objeto deste termo;

9.1.1.2. Os relatórios deverão ser apresentados ao ÓRGÃO GERENCIADOR, juntamente com cópia dos bilhetes impressos utilizados;

9.1.1.3. O FORNECEDOR se responsabilizará, pelo perfeito cumprimento dos valores, das especificações e das demais obrigações contratuais assumidas em face do ÓRGÃO GERENCIADOR, cabendo-lhe integralmente, o ônus decorrente, independentemente da fiscalização exercida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

9.1.2. Executar os serviços solicitados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, somente após emissão da correspondente requisição, com eficiência e qualidade;

9.1.3. Entregar os bilhetes de passagens terrestres no prazo de até 24h (vinte e quatro horas), a partir da solicitação do fiscal do





Tribunal de Justiça  
MATO GROSSO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso  
Coordenadoria Administrativa  
Departamento Administrativo – Gerência Setorial de Licitação  
Telefone: (65) 3617-3747  
e-mail: licitacao@tjmt.jus.br

TJ/MT
UNEMAT-Reitoria
CPL
Fis. nº 39
Rubrica

**ATA DE REGISTRO PREÇOS N.º 149/2017 - CIA 0155950-29.8.11.0000.**

contrato ou pessoa indicada, em endereço ou por meio eletrônico indicado:

9.1.4. Providenciar a substituição dos bilhetes de passagens emitidos, sem pagamentos eventuais de multas e/ou taxas, sempre que o ÓRGÃO GERENCIADOR solicitar alterações no itinerário da viagem ou desdobramento no percurso inicialmente pretendido e promover a compensação de valores para a Contratante, tanto de crédito quanto de débito, se houver alteração de tarifa;

9.1.5. Atender as solicitações do ÓRGÃO GERENCIADOR para remarcar e cancelar bilhetes de passagens emitidos, independentemente de motivação;

9.1.6. Fornecer passagens de qualquer empresa que atenda ao trecho e horário requisitado, conforme a indicação do ÓRGÃO GERENCIADOR, sempre considerando o menor preço, mediante comprovação;

9.1.7. Repassar ao ÓRGÃO GERENCIADOR todos os descontos oferecidos pelas empresas, inclusive as tarifas promocionais, sem prejuízo do desconto fixo;

9.1.8. Reembolsar ao ÓRGÃO GERENCIADOR as passagens não utilizadas devido à mudança de planos decorrente da necessidade do serviço, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da solicitação de cancelamento;

9.1.9. Providenciar imediata correção das deficiências apontadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR quanto à execução dos serviços contratados;

9.1.10. Indicar, a pedido do ÓRGÃO GERENCIADOR, telefone para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para casos excepcionais, indicando um preposto para representá-la;

9.1.11. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o ÓRGÃO GERENCIADOR;

9.1.12. Responder integralmente por perdas e danos, que vier a causar ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa, ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

9.1.13. Somente emitir bilhetes fora das condições acima, com prévia autorização da ÓRGÃO GERENCIADOR.



Tribunal de Justiça  
MATO GROSSO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso  
Coordenadoria Administrativa  
Departamento Administrativo — Gerência Setorial de Licitação  
Telefone: (65) 3617-3747  
e-mail: licitacao@tjmt.jus.br

TJ/MT

Fis. \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO PREÇOS N. 149/2017 - CIA 0155950-29/8.11.0000**

9.1.14. Atender às solicitações de passagens feitas, excepcionalmente, em regime de urgência e fora dos horários normais de funcionamento, inclusive sábados, domingos e feriados;

9.1.15. Cancelar os bilhetes de passagens não utilizados, ou de utilização parcial, por mudança de planos alheia à vontade do servidor ou em face da necessidade do serviço, sem ônus para a ÓRGÃO GERENCIADOR;

9.1.16. Deduzir das faturas o desconto fixo ofertado na proposta;

9.1.17. Proceder a uma das opções abaixo, a critério da ÓRGÃO GERENCIADOR, no caso de cancelamento de bilhetes não utilizados, total ou parcialmente:

a) a remarcação para o mesmo trecho;

b) utilização do crédito para outro trecho;

c) Reembolso, por meio da dedução dos critérios decorrentes dos bilhetes pagos e não utilizados, na primeira fatura subsequente;

9.1.18. Promover, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mesmo findo o contrato celebrado, reembolso de passagens não utilizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante solicitação feita por meio de documento oficial, a contar do recebimento do referido documento, com emissão de ordem de crédito a favor do ÓRGÃO GERENCIADOR, a ser utilizado como abatimento no valor de fatura posterior. Caso a empresa não emita nota de crédito no prazo citado ou não informe o valor dos trechos não utilizados, o valor total do bilhete será glosado em fatura a ser liquidada;

9.1.19. Caso haja restos a ressarcir ao fim da vigência contratual o FORNECEDOR deverá efetivar o crédito na conta do ÓRGÃO GERENCIADOR, na conta do FUNAJURIS - Fundo de Apoio do Judiciário: Banco do Brasil S/A - Agência nº 3834-2, conta corrente Nº 56354-4, Código Identifica: CNPJ da empresa depositante.

9.1.20. O atendimento das condições de garantias e direitos dos usuários do serviço a legislação de referência que define as regras de exploração dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, especialmente: Lei n.10.233, de 5 de junho de 2001; Lei n.8.987, de 13 de fevereiro de 1995, Lei n.9074, de 7 de julho de 1995; Decreto n.2.521, de 20 de março de 1998, e pelas normas aprovadas em Resolução pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres, inclusive no que concerne a garantia de seguro de responsabilidade civil contratado pela empresa transportadora, sem prejuízo da cobertura do seguro obrigatório -



Tribunal de Justiça  
MATO GROSSO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso  
Coordenadoria Administrativa  
Departamento Administrativo - Gerência Setorial de Licitação  
Telefone: (65) 3617-3747  
e-mail: licitacao@tjmt.jus.br

TJ/MT
UNEMAT-Reitoria
Fls. CPL
Fls. nº 40
Rubrica

ATA DE REGISTRO PREÇOS N. 149/2017 - CIA-0155950-29.8.11.0000.

DPVAT, bem como as leis, decretos e resoluções expedidos da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados - AGER/MT.

9.2. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

9.2.1. Notificar o FORNECEDOR, por escrito, sobre quaisquer irregularidades constatadas, solicitando a regularização destas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.2.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR mediante emissão da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do Contrato;

9.2.3. Fornecer ao FORNECEDOR todas as informações necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações por ela assumidas;

9.2.4. Manter, arquivada junto ao processo administrativo toda a documentação referente a ele;

9.2.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo FORNECEDOR com relação à execução dos serviços;

9.2.6. Proporcionar todas as facilidades para que o FORNECEDOR possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste Contrato;

9.2.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um representante devidamente designado.

**10. CLÁUSULA DEZ - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO (CONFORME ANTT):**

10.1. Receber serviço adequado;

10.2. Receber da transportadora toda e qualquer tipo de informações para defesa de seus interesses;

10.3. Levar ao conhecimento do órgão gestor e fiscalizador do contrato, as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes ao serviço delegado;

10.4. Zelar pela conservação dos bens e equipamentos por meio dos quais lhes são prestados os serviços;

10.5. Ser transportado com pontualidade, segurança, higiene e conforto, do início ao término da viagem;

10.6. Ter garantida sua poltrona no ônibus, nas condições especificadas no bilhete de passagem;

10.7. Ser atendido com urbanidade pelos prepostos da transportadora e pelos agentes de fiscalização;



Tribunal de Justiça  
MATO GROSSO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

Coordenadoria Administrativa

Departamento Administrativo - Gerência Setorial de Licitação

Telefone: (65) 3617-3747

e-mail: licitacao@tjmt.jus.br

TJ/MT

Fls. \_\_\_\_\_

ATA DE REGISTRO PREÇOS N. 149/2017 - CIA 0155950-29.8.11-0000.

10.8. Ser auxiliado no embarque e desembarque;

10.9. Transportar, gratuitamente, bagagem no bagageiro observada os limites de peso total de trinta quilogramas, de volume máximo de trezentos decímetros cúbicos e de maior dimensão de um metro, bem como volume no porta-objetos limitado a cinco quilogramas e dimensões compatíveis;

10.10. Receber os comprovantes dos volumes transportados no bagageiro;

10.11. Nos casos de venda de mais de um bilhete de passagem para a mesma poltrona, ou interrupção ou retardamento da viagem, quando tais fatos forem imputados à transportadora, receber, a expensas da transportadora, enquanto perdurar a situação, alimentação e pousada;

10.12. Receber da transportadora, em caso de acidente, imediata e adequada assistência;

10.13. Estar garantido pelo Seguro de Responsabilidade Civil contratado pela transportadora, sem prejuízo da cobertura do seguro obrigatório de danos pessoais (DPVAT).

#### 11. CLÁUSULA ONZE - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR INADIMPLÊNCIA

11.1. Indicar, em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, um preposto seu, a ser contatado, para imediato atendimento nos finais de semana, feriados e em casos excepcionais e urgentes, através de serviço móvel ou outro meio.

11.1.1. Multa: 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência;

11.2. Efetuar reservas, marcação e remarcação de viagens para quando solicitado.

11.2.1. Multa: 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência;

11.3. Remeter à Contratante, quando solicitado, as tabelas atualizadas das tarifas de passagem terrestres, sempre que ocorrerem alterações nos preços, inclusive aquelas decorrentes de promoções.

11.3.1. Multa: 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência;

11.4. Reembolsar a Contratante a quantia paga por este com base no preço impresso no bilhete de passagem não utilizado, em até 05 (cinco) dias úteis após a rescisão ou extinção do contrato.

11.4.1. Multa: 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência;



Tribunal de Justiça  
MATO GROSSO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso  
Coordenadoria Administrativa  
Departamento Administrativo - Gerência Setorial de Licitação

Telefone: (65) 3617-3747  
e-mail: licitacao@tjmt.jus.br

TJ/MT

Fls. 41  
UNEMAT-Relatório  
CPL

Fls. nº 41

Rubrica [assinatura]

ATA DE REGISTRO PREÇOS N. 149/2017 - CIA 0155950-29.8.11.0000

11.5. Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao fornecimento de bilhetes de passagens.

11.5.1. Multa: 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência;

11.6. Pela inexecução total do objeto do contrato, a Contratada será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada, pela Contratante, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente através da Procuradoria do Estado de Mato Grosso.

## 12. REVISÃO E CANCELAMENTO

12.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantagem dos preços registrados nesta Ata.

12.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

12.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

12.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

12.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

12.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

12.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

12.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

12.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



Tribunal de Justiça  
MATO GROSSO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso  
Coordenadoria Administrativa  
Departamento Administrativo – Gerência Setorial de Licitação  
Telefone: (65) 3617-3747  
e-mail: licitacao@tjmt.jus.br

TJ/MT
Fls. 6

ATA DE REGISTRO PREÇOS N. 149/2017 – CIA 0155950-29.8.11.0000.

12.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

12.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

12.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

12.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

12.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

12.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 12.7.1, 12.7.2 e 12.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

12.9.1. por razão de interesse público; ou

12.9.2. a pedido do fornecedor.

### 13. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. O acompanhamento e fiscalização do contrato será de responsabilidade do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro da Escola dos Servidores, Enio Póvoas Filho – matrícula, 7153, ficando ainda o servidor Lilián Tavares do Espírito Santo – matrícula 721 como fiscal substituto.

13.2. A gestão e fiscalização da prestação dos serviços serão exercidas através de servidor (es) especialmente designado(s) na forma prevista na Lei 8.666/93 e suas alterações, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a contratada (Lei 8.666/93).

13.2.1. Ao **Gestor do Contrato**, designado oficialmente pela CONTRATANTE/ÓRGÃO GERENCIADOR, compete analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem contratados de acordo com as disponibilidades orçamentárias/financeiras e as necessidades do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

13.2.2. Ao **Fiscal do Contrato**, designado oficialmente pela CONTRATANTE/ÓRGÃO GERENCIADOR, cabe, no mínimo:

13.2.2.1. Acompanhar a execução, bem como o controle de quantidade e qualidade dos serviços;



Tribunal de Justiça  
MATO GROSSO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso  
Coordenadoria Administrativa  
Departamento Administrativo - Gerência Setorial de Licitação  
Telefone: (65) 3617-3747  
e-mail: licitacao@tjmt.jus.br

TJ/MT
UNEMAT-Relatório
CPL
Fis. nº 42
Rubrica

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2017 - CIA 0155950-29.8.11.0000.**

- 13.2.2.2. Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da contratada, sempre que for preciso;
- 13.2.2.3. Notificar a contratada sobre situações irregulares;
- 13.2.2.4. Fiscalizar a execução dos serviços, condizentes com a legislação vigente;

**14. CONDIÇÕES GERAIS**

14.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

14.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

14.4. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.

14.5. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO - DIVISÃO DE COMPRAS - ANEXO ADMINISTRATIVO - DESEMBARGADOR ANTÔNIO DE ARRUDA - AV. HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, S/N - CUIABÁ - MT - CEP 78.049-926.

14.6. Eventuais mudanças de endereço do órgão aderente ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

14.7. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do artigo 654, parágrafo 2º, do Código Civil Brasileiro.

14.8. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.





e-mail: licitacao@tjmt.jus.br

TJ/MT  
Fis. 1

14.9. Os casos omissos que não ultrapassem a competência do Fiscal da ARP, serão resolvidos em reuniões formais realizadas entre o Fiscal, o Fornecedor ou seu procurador e a quem interessar, havendo-se ao final da reunião ata circunstanciada assinada por todos os presentes que deverá ser juntada aos autos e encaminhada para a ciência do Ordenador de Despesas.

15.1. O Extrato desta Ata será publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993 e divulgada no site do TJMT.

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste instrumento, renunciando-se qualquer outro.

16.2. E assim, para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata de Registro de Preços de Contrato, foi lavrada em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Cuiabá-MT, 19 de dezembro de 2017.

Desembargador **RUI RAMOS RIBEIRO**  
Presidente do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**CONTRATANTE**


**NELSON CARBONIERI**  
**EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A.**  
**FORNECEDOR**

**Testemunhas:**

1 - **MARIANA RODRIGUES DOS SANTOS** - matrícula n.º 1.627 - GESTORA DA  
ARB

RG: 105682 SSP/177

CPF: 107731841-15


**INSTITUTO BRASILEIRO DE LETRAS E TITULOS**  
 CONSELHO NOROCCIDENTAL DO BRASIL  
 Rua do Rio Branco, 100 - Centro - Rio de Janeiro - RJ  
 Tel. (21) 222-1111 - Fax (21) 222-1112  
 E-mail: iblt@iblt.org.br  
 Site: www.iblt.org.br

**RECORDEIRO, por selo eletrônico (s) fixo(s) de: NELSON - CARBONHEI, e**  
**documentos das cartilhas de selo eletrônico. Pou fe.**  
**Presidente Prudente - SP, 07 de Junho de 2018. Em Teste, da Verdade**  
**o EDUARDO HERRERA CORTES REAL ALVES - EXCELENTE**  
**Segurança: 41574083048491659359505057 - Valor: R\$ 9,30**

**3 E DE PROTESTO DE LETRAS E TITULOS**  
 9010-081 - FONE(48) 3222-6700 - PRESIDENTE PRUDENTE - SP  
 Telefone: SELMO JOSE CHROMECK DA SILVA

**Auto Henrique Cortes Real Alves**  
**Escrvente Autorizado**  
**PRUDENTE - SP.**



Tribunal de Justiça  
MATO GROSSO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso  
Coordenação Administrativa  
Departamento Administrativo - Gerência Setorial de Licitação  
Telefone: (65) 3617-3747  
e-mail: licitacao@tjmt.jus.br

TJ/MT
Fls.
UNEMAT-Setor
CPL
Fls. nº 23
Rubrica

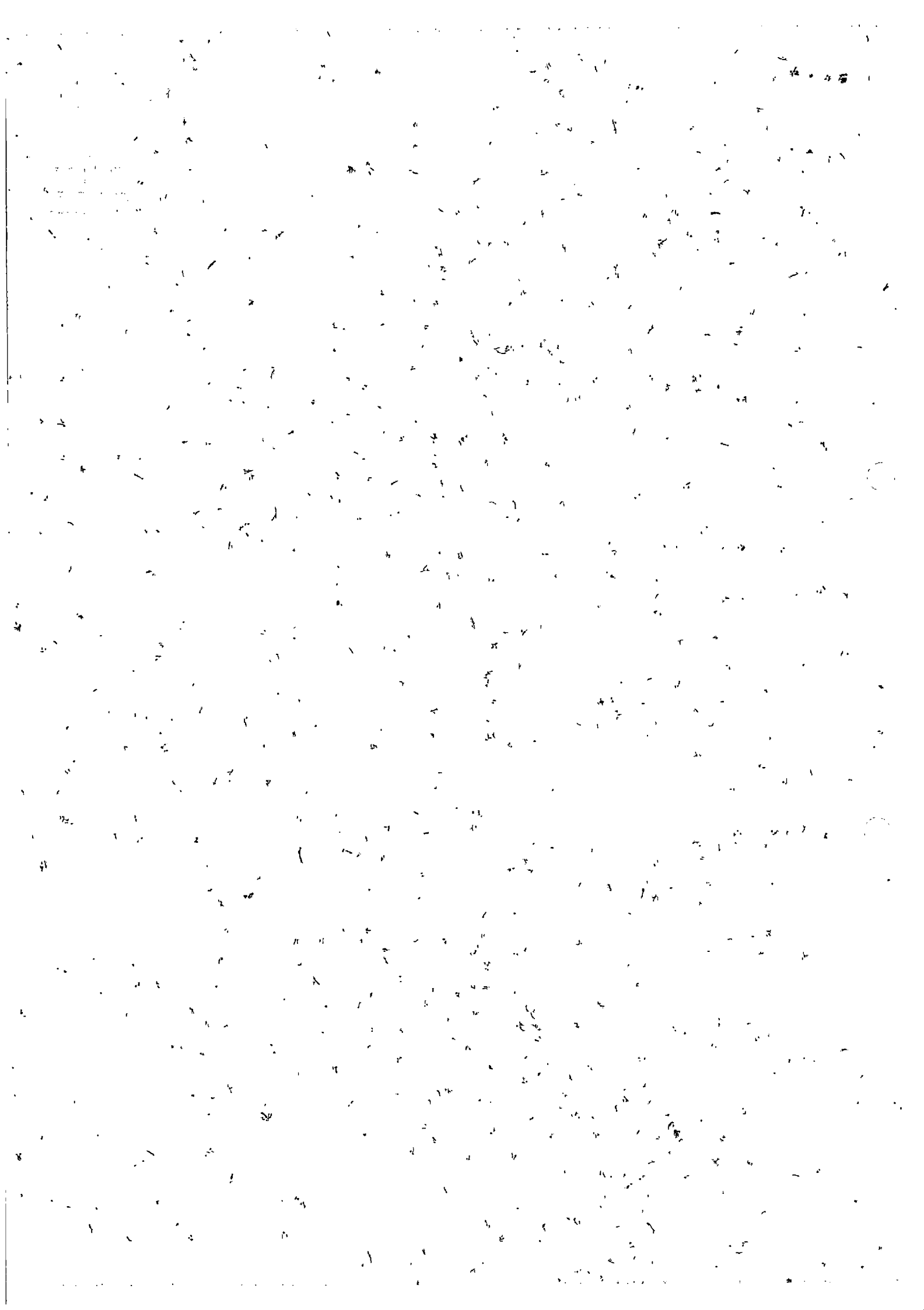
ATA DE REGISTRO PREÇOS N. 149/2017 - CIA 0155950-29.8.11.0000

2- **ÊNIO PÓVOAS FILHO**, matrícula 7153 - FISCAL DA ARP

RG:  
CPF:

3- **LILIAN TAVARES DO ESPIRITO SANTO**, matrícula 721 - FISCAL  
SUBSTITUTO

RG:  
CPF:





Tribunal de Contas  
do Estado de Mato Grosso

Palácio da Justiça

NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS,  
CONVÊNIOS E PARCERIAS  
Telefone: (65) 3813-7549  
e-mail: licitacao@tce-mt.gov.br

UNEMAT-Relato  
CPL  
Fls. nº 244  
Rubrica

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, inscrito no CNPJ sob o nº 15.024.128/0001-62, sediado em Cuiabá/MT, no Centro Político Administrativo/CPA, na Rua Conselheiro Benjamin Duarte Monteiro s/nº, Edifício Marechal Rondon, Caixa Postal 1003, CEP: 78.049-915, neste ato representado pelo Presidente Conselheiro **Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto**, brasileiro, servidor público, inscrito no CPF sob o nº 093.507.991-20, portador do RG nº 545.155 SSP/MT, residente e domiciliado nesta Capital, RESOLVE registrar os preços da empresa **O.L.C. JUNIOR ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.612.254/0001-66, com endereço na Avenida São Sebastião, nº 2904, Sala 08, Bosque, Cuiabá/MT, neste ato representada pelo Sr. **Omar Lins Canavarros Junior**, portador do RG nº 413894 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 458.442.401-20, considerando o constante no processo licitatório nº 20.516-8/2016, RESOLVE registrar os preços, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Estadual n. 840/2017, e em conformidade com as disposições a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

**1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagem aéreas e terrestres nacionais e internacionais, para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência nº 641/2016.**

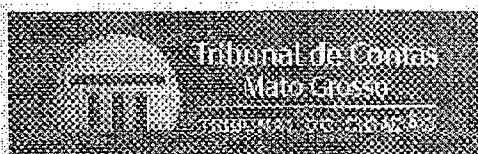
**1.1.1.** Passagem compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isto representa toda a contratação.

**1.1.2.** Trecho, compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia transportadora.

**1.1.3.** Somente para fins de pagamento, deverá ser considerado que a quantidade de requisições de passagens aéreas será a mesma de emissões de passagens aéreas, ou seja, a cada requisição de passagem corresponderá a 1 (uma) emissão de passagem, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

### CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

**2.1.** Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 04/2017, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual n. 840/2017, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto, disposta no processo nº 20.516-8/2016.



NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS,  
CONVÊNIOS E PARCERIAS  
Telefone: (85) 3813-7549  
e-mail: licitacao@tce.mt.gov.br

### CLAUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A Detentora do registro deverá prestar os serviços para atender as necessidades do TCE/MT, conforme especificado no Termo de Referência nº 641/2016.

3.2. O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial para Registro de Preço nº 04/2017 e seus anexos.

### CLÁUSULA QUARTA: DA CONTRATADA E DOS VALORES

#### 4.1. Dados da Contratada:

Nome: **O.L.C. JUNIOR ME**

Telefones: 3324-3100 / 3358-6007

E-mail: contato@olcturismo.com.br

Representante Legal: Omar Lins Canavarros Junior

Dados Bancários:

Banco: CEF (104), Agência: 2295, Operação: 001, Conta Corrente: 2878-4

#### 4.2. Do Valor:

ITEM	DESCRIÇÃO	R\$	% Desconto
1	Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais	750.000,00	21,30%

ITEM	DESCRIÇÃO- EXCLUSIVO PARA ME E EPP	R\$	% Desconto
2	Passagens rodoviárias Nacionais e Internacionais	50.000,00	5,06%

### CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

**Unidade Gestora:** Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

**Fonte:** 100

**Projeto/Atividade:** 2007

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.33

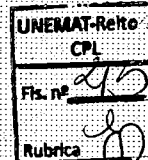
5.2. Consta às fls. 16-TCE/MT, do Processo Administrativo nº 20.516-8/2016, manifestação da Secretaria Executiva de Orçamento, Finanças e Contabilidade, informando da disponibilidade orçamentária suficiente para acobertar a despesa.

### CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Realizado o fornecimento a detentora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:



NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS,  
CONVÊNIOS E PARCERIAS  
Telefone: (65) 3613-7549  
e-mail: licitacao@tce.mt.gov.br



6.1.1. Ofício solicitando o pagamento;

6.1.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

6.1.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

6.1.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora.

6.1.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT

6.2. A detentora deverá mensalmente apresentar a Nota Fiscal/Fatura contendo informações de todos os bilhetes emitidos no período, destacados separadamente os seguintes elementos a título de retenção de tributos:

- a) o valor da tarifa de serviço de transporte aéreo emitida pela companhia aérea escolhida;
- b) o valor da taxa de Infraero;
- c) as taxas governamentais, tributos e tarifas ordinárias/extraordinárias se houver;
- d) a remuneração eventualmente acordada entre o transportador e seus prepostos pela prestação dos serviços relativos à intermediação da comercialização do bilhete de passagem;
- e) o desconto praticado.

6.2.1. Cada Nota Fiscal/Fatura apresentada será acompanhada de cópia de todos os bilhetes emitidos no período, por meio de documento autêntico emitido pela companhia aérea ou terrestre (tela da companhia aérea ou terrestre com localizador).

6.2.2. Caso a detentora, para emissão de passagem aérea, opte pela forma do inciso III Resolução da ANAC de nº 138 de 09 de março de 2010, a Nota Fiscal/Fatura mensal, além das cópias dos bilhetes emitidos, também será acompanhada de Nota Fiscal da agência detentora que comprove remuneração relativa à intermediação da comercialização à parte do bilhete de passagem.

6.2.3. A Nota Fiscal/Fatura, devidamente discriminada, deverá ser emitida a partir do 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, em face do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - gerenciador sob seu respectivo CNPJ.

6.2.4. A Nota Fiscal/Fatura e os documentos comprobatórios dos itens anteriores serão conferidos por gestor do Ata de Registro de Preços, após o que, se em conformidade com os ditames da lei e do Pregão Presencial n. 04/2017, será a Nota Fiscal/Fatura atestada.

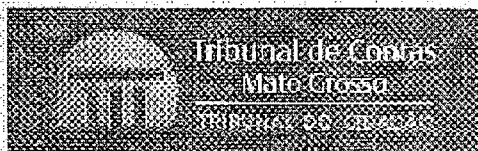
6.3. A detentora se obriga a efetuar o pagamento até o 20º (vigésimo) dia útil após o recebimento Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos documentos dos subitens 6.1. e 6.2. do item 6.

6.3.1. O pagamento da fatura será precedido de consulta da regularidade fiscal da empresa detentora junto ao INSS, ao FGTS e à Receita Federal/PGFN.

6.3.2. O pagamento realizar-se-á em favor da detentora mediante depósito bancário em conta-corrente, por meio de ordem bancária.

6.4. Se a detentora não cumprir as condições do edital/Ata de Registro de Preços, seja pela não entrega dos documentos exigidos ou pelas suas irregularidades, o prazo previsto será





NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS,  
CONVÊNIOS E PARCERIAS  
Telefone: (65) 3613-7549  
e-mail: licitacao@tce.mt.gov.br

suspensão e sua contagem reiniciada a partir da entrega completa e/ou da regularização da documentação.

6.4.1. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de obrigação que lhe for imposta, bem como em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

6.4.2. No caso de incorreção dos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à detentora para as correções necessárias, não respondendo o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes, suspendendo o prazo.

6.4.3. A Detentora deverá encaminhar os relatórios de pesquisa para obtenção dos menores preços e os relatórios detalhados dos bilhetes autorizados e cancelados, emitidos via sistema online de auto-agendamento.

6.5. O pagamento será efetuado pelo Tribunal de Contas no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 6.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da detentora.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

6.6.1. Atestação pela Secretaria Executiva de Administração, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela detentora;

6.7. A detentora deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a este Tribunal de Contas, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.7.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas à detentora, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.7.2. Nenhum pagamento isentará a detentora das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.8. O Tribunal de Contas não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring*.

6.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da detentora.

#### **CLAUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA**

7.1. Executar fielmente a Ata de Registro de Preços, de acordo com as cláusulas avençadas;





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

NÚCLEO DE GESTÃO DE CONTRATOS,  
CONVÊNIOS E PARCERIAS  
Telefone: (65) 3613-7549  
e-mail: licitacao@tce.mt.gov.br

UNEMAT-Relator
CPL
Nº 26
Rubrica

7.2. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preços e Termo de Referência nº 641/2016, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

7.3. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do TCE-MT, cujas obrigações deverá atender prontamente;

7.4. Manter preposto para representá-la quando da execução da Ata Registro de Preços;

7.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do Ata de Registro de Preços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do TCE-MT;

7.6. Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como os tributos resultantes do cumprimento da Ata de Registro de Preços;

7.7. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com o contratante, sobre assuntos relacionados à execução do Ata de Registro de Preços;

7.8. Reservar, emitir, marcar, remarcar e cancelar bilhete de passagens aéreas nacionais e internacionais, com fornecimento do referido bilhete ao interessado por meio de posto de atendimento ou bilhete eletrônico, quando fora da Sede do TCE-MT;

7.8.1. Uma vez solicitada a emissão, a contratada se obriga a emitir o bilhete conforme requisitado, sempre em classe econômica, e apresentar no mínimo 03 (orçamentos) para a contratante;

7.8.2. A contratada não poderá emitir bilhete por meio de pontos (milhas);

7.8.3. No caso de emissões de tarifas corporativas *Tour Code*, os benefícios deverão ser repassados ao Contratante.

7.9. Efetuar pesquisa por meio de sistema online, fornecendo obrigatoriamente os bilhetes de passagens aéreas com o menor preço no momento da aquisição, exceto passagens com a devida justificativa do Contratante;

7.9.1. Disponibilizar um sistema online de auto-agendamento (*self-booking*) com acesso via rede mundial de computadores (*world wide web*);

7.9.2. O sistema deverá disponibilizar todos os vôos disponíveis no momento do agendamento;

7.9.3. Capacitar os usuários dos serviços de passagens aéreas (Contratante) a utilizar a ferramenta de auto-agendamento;

7.9.4. Os custos da capacitação dos usuários (Contratante) correrão por conta da Contratada.

7.10. Entregar bilhete de passagem fora do horário de expediente, em local indicado pelo contratante;

7.11. Solucionar os problemas que venham a surgir, relacionados com reservas de passagens, tarifas de embarque e quaisquer outras logísticas de embarque, em aeroportos em todo o Brasil;

**7.22.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Ata de Registro de Preços;



por medida de simplificação processual, deve se dar mediante glosa dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela detentora;

**8.12.** Quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens aéreas não utilizadas deverão ser consideradas;

**8.13.** Os valores não processados na fatura relativa ao mês da ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela detentora;

**8.14.** Definir a reserva da passagem aérea ao menor preço e em classe econômica, considerando-se o horário e o período da participação do servidor no evento, a pontualidade, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva;

**8.15.** Efetuar pesquisa por meio de sistema online de auto-agendamento (*self-booking*), escolhendo os bilhetes de passagens aéreas com o menor preço no momento da aquisição.

#### **CLÁUSULA NONA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1.** O registro de preços constante desta Ata de Registro de Preço terá a vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas.

**9.2.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** A gerência da Ata de Registro ficará a cargo do Núcleo de Gestão de Ata de Registro de Preços, Convênios e Parcerias, do Tribunal de Contas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DA ARP**

**11.1.** O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

**11.1.1.** Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

**11.1.2.** Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

**11.2.** Por iniciativa do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, o registro será cancelado;





### 11.2.1. Quando o proponente

- 11.2.1.1.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 11.2.1.2.** Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 11.2.1.3.** Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- 11.2.1.4.** Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Serviço decorrente da Ata de Registro de Preços.

**11.2.2.** O Tribunal de Contas poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

**12.1.** A execução dos serviços fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93.

**12.1.1.** A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas.

**12.2.** Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços acordados, a Administração poderá aplicar à detentora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

#### 12.2.1. Advertência por escrito:

**12.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Ata de Registro de Preços;**

**12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;**

**12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública,** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

**12.3.** Se a detentora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Tribunal e se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Estadual;

**12.3.1.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e



# Diário Oficial de Contas

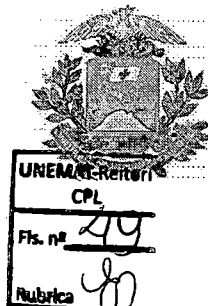
## Tribunal de Contas de Mato Grosso

Ano 6 Nº 1123

Publicação terça-feira, 30 de maio de 2017

Página 2

Publicação quarta-feira, 31 de maio de 2017



\* Original assinado nos autos do processo.

### EXTRATOS

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, inscrito no CNPJ sob o nº 15.024.128/0001-62, sediado em Cuiabá/MT, no Centro Político Administrativo/CPA, na Rua Conselheiro Benjamin Duarte Monteiro s/nº, Edifício Marechal Rondon, Caixa Postal: 1003, CEP: 78.049-915, neste ato representado pelo Presidente Conselheiro Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto, brasileiro, servidor público, inscrito no CPF sob o nº 093.507.991-20, portador do RG nº 545.155 SSP/MT, residente e domiciliado nesta Capital, RESOLVE registrar os preços da empresa O.L.C. JUNIOR ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.612.254/0001-66, com endereço na Avenida São Sebastião, nº 2904, Sala 08, Bosque, Cuiabá/MT, neste ato representada pelo Sr. Omar Lins Canavarros Junior, portador do RG nº 413894 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 458.442.401-20, considerando o constante no processo licitatório nº 20.516-8/2016, RESOLVE registrar os preços, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Estadual nº 840/2017, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas e terrestres nacionais e internacionais, para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência nº 641/2016.

1.1.1. Passagem compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isto representa toda a contratação.

1.1.2. Trecho, compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia transportadora.

1.1.3. Somente para fins de pagamento, deverá ser considerado que a quantidade de requisições de passagens aéreas será a mesma de emissões de passagens aéreas, ou seja, a cada requisição de passagem corresponderá a 1 (uma) emissão de passagem, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 04/2017, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 840/2017, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Conselheiro Presidente Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto, disposta no processo nº 20.516-8/2016.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A Detentora do registro deverá prestar os serviços para atender as necessidades do TCE/MT, conforme especificado no Termo de Referência nº 641/2016.

3.2. O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação nº 04/2017 para Registro de Preço nº 04/2017 e seus anexos.

#### CLÁUSULA QUARTA: DA CONTRATADA E DOS VALORES

##### 4.1. Dados da Contratada:

Nome: O.L.C. JUNIOR ME
Telefones: 3324-3100 / 3358-6007 E-mail: contato@olcturismo.com.br
Representante Legal: Omar Lins Canavarros Junior
Dados Bancários: Banco: CEF (104), Agência: 2295, Operação: 001, Conta Corrente: 2878-4

##### 4.2. Do Valor:

ITEM	DESCRIÇÃO	R\$	% Desconto
1	Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais	750.000,00	21,30%

ITEM	DESCRIÇÃO- EXCLUSIVO PARA ME E EPP	R\$	% Desconto
2	Passagens rodoviárias Nacionais e Internacionais	50.000,00	5,06%

#### CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso  
Fonte: 100  
Projeto/Atividade: 2007  
Elemento de Despesa: 3.3.90.33

5.2. Consta às fls. 16-TCE/MT, do Processo Administrativo nº 20.516-8/2016, manifestação da Secretaria Executiva de Orçamento, Finanças e Contabilidade, informando da disponibilidade orçamentária suficiente para acobertar a despesa.

#### CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Realizado o fornecimento a detentora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

- 6.1.1. Ofício solicitando o pagamento;
- 6.1.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
- 6.1.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;
- 6.1.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora.
- 6.1.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT

6.2. A detentora deverá mensalmente apresentar a Nota Fiscal/Fatura contendo informações de todos os bilhetes emitidos no período, destacados separadamente os seguintes elementos a título de retenção de tributos:

- a) o valor da tarifa de serviço de transporte aéreo emitida pela companhia aérea escolhida;
- b) o valor da taxa de Infraero;
- c) as taxas governamentais, tributos e tarifas ordinárias/extraordinárias se houver;
- d) a remuneração eventualmente acordada entre o transportador e seus prepostos pela prestação dos serviços relativos à intermediação da comercialização do bilhete de passagem;
- e) o desconto praticado.

6.2.1. Cada Nota Fiscal/Fatura apresentada será acompanhada de cópia de todos os bilhetes emitidos no período, por meio de documento autêntico emitido pela companhia aérea ou terrestre (tela da companhia aérea ou terrestre com localizador).

6.2.2. Caso a detentora, para emissão de passagem aérea, opte pela forma do inciso III Resolução da ANAC de nº 138 de 09 de março de 2010, a Nota Fiscal/Fatura mensal, além das cópias dos bilhetes emitidos, também será acompanhada de Nota Fiscal da agência detentora que comprove remuneração relativa à intermediação da comercialização à parte do bilhete de passagem.

6.2.3. A Nota Fiscal/Fatura, devidamente discriminada, deverá ser emitida a partir do 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, em face do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - gerenciador sob seu respectivo CNPJ.

6.2.4. A Nota Fiscal/Fatura e os documentos comprobatórios dos itens anteriores serão conferidos por gestor do Ata de Registro de Preços, após o que, se em conformidade com os ditames da lei e do Pregão Presencial nº 04/2017, será a Nota Fiscal/Fatura atestada.

6.3. A detentora se obriga a efetuar o pagamento até o 20º (vigésimo) dia útil após o recebimento Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos documentos dos subitens 6.1. e 6.2 do item 6.

6.3.1. O pagamento da fatura será precedido de consulta da regularidade fiscal da empresa detentora junto ao INSS, ao FGTS e à Receita Federal/PGFN.

6.3.2. O pagamento realizar-se-á em favor da detentora mediante depósito bancário em conta-corrente, por meio de ordem bancária.

6.4. Se a detentora não cumprir as condições do edital/Ata de Registro de Preços, seja pela não entrega dos documentos exigidos ou pelas suas irregularidades, o prazo previsto será suspenso e sua contagem reiniciada a partir da entrega completa e/ou da regularização da documentação.

6.4.1. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de obrigação que lhe for imposta, bem como em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

6.4.2. No caso de incorreção dos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à detentora para as correções necessárias, não respondendo o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes, suspendendo o prazo.

6.4.3. A Detentora deverá encaminhar os relatórios de pesquisa para obtenção dos menores preços e os relatórios detalhados dos bilhetes autorizados e cancelados, emitidos via sistema online de auto-agendamento.

6.5. O pagamento será efetuado pelo Tribunal de Contas no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 6.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da detentora.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

6.6.1. Atestação pela Secretaria Executiva de Administração, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela detentora;

6.7. A detentora deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a este Tribunal de Contas, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.7.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas à detentora, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.7.2. Nenhum pagamento isentará a detentora das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.



6.8. O Tribunal de Contas não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

6.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da detentora.

### CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

7.1. Executar fielmente a Ata de Registro de Preços, de acordo com as cláusulas avençadas;

7.2. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preços e Termo de Referência nº 641/2016, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

7.3. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do TCE-MT, cujas obrigações deverá atender prontamente;

7.4. Manter preposto para representá-la quando da execução da Ata Registro de Preços;

7.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do Ata de Registro de Preços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do TCE-MT;

7.6. Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como os tributos resultantes do cumprimento da Ata de Registro de Preços;

7.7. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com o contratante, sobre assuntos relacionados à execução do Ata de Registro de Preços;

7.8. Reservar, emitir, marcar, remarcar e cancelar bilhete de passagens aéreas nacionais e internacionais, com fornecimento do referido bilhete ao interessado por meio de posto de atendimento ou bilhete eletrônico, quando fora da Sede do TCE-MT;

7.8.1. Uma vez solicitada a emissão, a contratada se obriga a emitir o bilhete conforme requisitado, sempre em classe econômica, e apresentar no mínimo 03 (três) orçamentos para a contratante;

7.8.2. A contratada não poderá emitir bilhete por meio de pontos (milhas);

7.8.3. No caso de emissões de tarifas corporativas Tour Code, os benefícios deverão ser repassados ao Contratante.

7.9. Efetuar pesquisa por meio de sistema online, fornecendo obrigatoriamente os bilhetes de passagens aéreas com o menor preço no momento da aquisição, exceto passagens com a devida justificativa do Contratante;

7.9.1. Disponibilizar um sistema online de auto-agendamento (self-booking) com acesso via rede mundial de computadores (world wide web);

7.9.2. O sistema deverá disponibilizar todos os vôos disponíveis no momento do agendamento;

7.9.3. Capacitar os usuários dos serviços de passagens aéreas (Contratante) a utilizar a ferramenta de auto-agendamento;

7.9.4. Os custos da capacitação dos usuários (Contratante) correrão por conta da Contratada.

7.10. Entregar bilhete de passagem fora do horário de expediente, em local indicado pelo contratante;

7.11. Solucionar os problemas que venham a surgir, relacionados com reservas de passagens, tarifas de embarque e quaisquer outras logísticas de embarque, em aeroportos em todo o Brasil;

7.12. Reembolsar o TCE-MT o valor correspondente ao preço da passagem aérea e/ou terrestre, subtraído do valor referente à multa de reembolso e demais taxas fixadas por dispositivos legais que regulam a matéria, devidamente comprovado, em virtude da não utilização do bilhete, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, inclusive em decorrência da rescisão ou extinção contratual;

7.13. Fornecer, juntamente com o faturamento, os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período a que se refere o faturamento, efetuando, no mesmo, o respectivo abatimento;

7.14. Reembolsar, pontualmente, as companhias aéreas, independentemente da vigência da Ata de Registro de Preços, não respondendo o TCE-MT solidária ou subsidiariamente por este reembolso, que é de inteira responsabilidade da contratada;

7.15. Manter atualizada a relação das companhias filiadas e com as quais mantenha convênio, informando periodicamente ao TCE-MT as inclusões e/ou exclusões;

7.16. Empregar, na execução dos serviços, profissionais capacitados, especializados no trato de tarifas e emissão de passagens aéreas e/ou terrestres nacionais e internacionais, devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, da empresa, com fotografia recente;

7.17. Substituir de imediato os empregados entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

7.18. Arcar e responsabilizar-se, com as despesas diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, assistência médica, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços, ficando ainda o contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

7.19. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;

7.20. Comunicar de imediato ao contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços, prestando os esclarecimentos que julgar necessários;

7.21. Fornecer a qualquer momento, quando solicitado pelo contratante, declaração expedida por companhias aéreas legalmente estabelecidas no País, de que é autorizada a comercializar passagens em seu nome; que possui idoneidade creditícia; que se encontra em dia com suas obrigações contratuais e financeiras perante as mesmas e que dispõe de terminal para reservas;

7.22. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Ata de Registro de Preços;

7.23. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização do contratante;

7.24. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e,

7.25. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avençados, sem prévia e expressa anuência do contratante;

7.26. Executar os serviços do objeto desta Ata de Registro de Preços nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência nº 641/2016.

### CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

8.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

8.2. Permitir o livre acesso dos empregados da empresa detentora às dependências do TCE/MT para tratar de assuntos pertinentes aos serviços contratados;

8.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este instrumento;

8.4. Proceder ao pagamento da contratação, na forma e no prazo pactuados;

8.5. Comunicar à detentora, a quantidade de bilhetes a serem fornecidos, indicando trechos e locais;

8.6. Emitir as requisições de passagens aéreas, numeradas em sequência e assinadas pela autoridade competente ou servidor nomeado;

8.7. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados;

8.8. Notificar, por escrito, à contratada, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.9. Realizar pesquisas nas companhias aéreas e terrestres, bem como solicitar e verificar a pesquisa de preços das passagens feitas pela detentora, comparando-os com os praticados no mercado;

8.10. Notificar, por escrito, a detentora, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa;

8.11. Solicitar formalmente à detentora, no caso de não utilização de bilhete de passagem, em seu percurso total ou parcial, o ressarcimento do valor correspondente ao trecho (crédito), situação em que a detentora deverá emitir a correspondente Nota de Crédito que, por medida de simplificação processual, deve se dar mediante glosa dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela detentora;

8.12. Quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens aéreas não utilizadas deverão ser consideradas;

8.13. Os valores não processados na fatura relativa ao mês da ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela detentora;

8.14. Definir a reserva da passagem aérea ao menor preço e em classe econômica, considerando-se o horário e o período da participação do servidor no evento, a pontualidade, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva;

8.15. Efetuar pesquisa por meio de sistema online de auto-agendamento (self-booking), escolhendo os bilhetes de passagens aéreas com o menor preço no momento da aquisição.

### CLÁUSULA NONA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O registro de preços constante desta Ata de Registro de Preço terá a vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas.

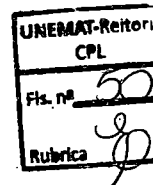
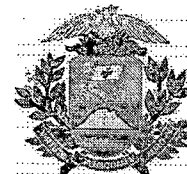
9.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

### CLÁUSULA DÉCIMA: DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A gestão da Ata de Registro ficará a cargo do Núcleo de Gestão de Ata de Registro de Preços, Convênios e Parcerias, do Tribunal de Contas.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DA ARP

11.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:



PRESIDENTE

O.L.C. JUNIOR ME  
OMAR LINS CANAVARROS JUNIOR  
DETENTOR

11.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

11.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

11.2. Por iniciativa do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, o registro será cancelado:

11.2.1. Quando o proponente:

11.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

11.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

11.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Serviço decorrente da Ata de Registro de Preços;

11.2.2. O Tribunal de Contas poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1. A execução dos serviços fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8.666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas.

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços acordados, a Administração poderá aplicar à detentora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

12.2.1. Advertência por escrito;

12.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Ata de Registro de Preços;

12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se a detentora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Tribunal e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Estadual;

12.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.4. Serão publicadas no Diário Oficial de Contas as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento a presente Ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta ARP, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial n. 04/2017, seus anexos e as propostas da contratada.

III. é vedado caucionar ou utilizar a ARP Ata de Registro de Preços para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Tribunal de Contas.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para eficácia do presente instrumento, o Tribunal de Contas providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial de Contas, conforme Lei n. 10.520/02.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Cuiabá-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preços, em 03 (vias) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Cuiabá - MT, 25 de maio de 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO MATO GROSSO  
CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO

### 1º Adendo ao Edital de Pregão Presencial nº 15/2017

Buscando complementar o Edital de Pregão Presencial nº 15/2017 em epígrafe, os itens 12.6.1.2. e 12.6.1.4, passarão a ter a seguinte redação:

“12.6.1.2. O atestado deverá referir-se a serviços prestados contínuos de produção de programas de natureza jornalística, do tipo telejornal, compatíveis com o objeto da licitação, com periodicidade diária veiculada em canal aberto e/ou fechado, pelo período mínimo de 02 (dois) anos;”

12.6.1.4. Para a comprovação de produção e veiculação de programa televisivo continuado mínimo de 02 (dois) anos será aceito o somatório de atestados de períodos e clientes diferentes, conforme as exigências do item 12.6.1.1 e 12.6.1.2;”

Considerando as alterações realizadas, fica a data do certame prorrogada para o dia 13/6/2017, às 9 horas,

Ratificam-se os demais itens do Edital.

Cuiabá, 29 de maio de 2017.

Carlos José de Campos  
Pregoeiro Oficial

\*\* Documento original assinado nos autos.

### SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE PESSOAS

### ATOS

### ATO CONJUNTO Nº 090/2017

Tornar sem efeito o Ato Conjunto nº 074/2017 que nomeou candidatos aprovados para provimento de cargo efetivo de Analista de Contas, especialidade Direito, do Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência prevista no art. 21, XXII, do Regimento Interno do Tribunal de Contas (Resolução Normativa nº 14/2007) e o PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência prevista no art. 16, XIV, “c”, da Lei Complementar Estadual nº 416/2010, c/c art. 130 da Constituição Federal, art. 51, § 4º, da Constituição do Estado de Mato Grosso e 93, caput, da Lei Complementar Estadual nº 269/2007,

### RESOLVEM:

Art. 1º Tornar sem efeito o Ato nº 074, de 07.04.2017, publicado no Diário Oficial de Contas do TCE-MT, de 19.04.2017, e Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, de 18.04.2017, referente ao Concurso Público para provimento de cargo efetivo de Analista de Contas, especialidade Direito, do Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso, para os candidatos que não tomaram posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de provimento, nos termos dos §§ 1º e 6º do artigo 16 da Lei Complementar nº 04, de 15.10.1990, abaixo relacionados:

Classificação	Nome
36	JOSE CLAUDIO GOMES BASTOS
37	GABRIELA SPECTOR AZOUBEL

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas, em Cuiabá, 22 de maio

de 2017.

Conselheiro ANTONIO JOAQUIM  
Presidente

GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO  
Procurador-geral de Contas

### ATO CONJUNTO Nº 091/2017



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

UNEMAT-Reitoria
CPL
Fls. nº 51
Rubrica

CONTRATO N.º 04/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,  
POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL  
ELEITORAL DE MATO GROSSO, E A EMPRESA  
EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S.A.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.901.308/0001-21, situado na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 4.750, Centro Político Administrativo, Setor "E", em Cuiabá/MT, representado neste ato por seu Presidente, Desembargador **Márcio Vidal**, brasileiro, magistrado, portador da cédula de identidade RG n.º 025149-6 - SSP-MT e do CPF nº 175.575.181-87, conforme dispõe o Regimento Interno de sua Secretaria.

CONTRATADA: **Empresa de Transportes Andorinha S.A.**, CNPJ 55.334.262/0001-84, com sede na Rua Antônio Rodrigues, 1.670 - Vila Formosa - Presidente Prudente - SP - CEP: 19.013-920 - Fone: 18-3223-1160 - E-Mail: [vendas@andorinha.com](mailto:vendas@andorinha.com) - [andorinha@andorinha.com](mailto:andorinha@andorinha.com), neste ato representado por seu representante legal, **Paulo Humberto Nunes Gonçalves**, brasileiro, portador do RG nº 1.654.641, CPF nº 160.405.626-68.

As partes **CONTRATANTES**, tendo entre si justo e avençado, resolvem celebrar o presente contrato de **fornecimento de passagens terrestres, intermunicipais e interestaduais**, com fundamento na Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, de acordo com o que consta no Pregão nº 34/2017 - ARP nº 18/2017, nos autos do Processo Administrativo nº **4952/2017**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Este Contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de fornecimento de passagens terrestres intermunicipais e interestaduais, ao Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Eleitoral, aos Membros, Juízes Eleitorais, servidores da Secretaria do TRE/MT e dos Cartórios Eleitorais, aos colaboradores e colaboradores eventuais do TRE/MT, dentro do território nacional, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão em epígrafe.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço dos serviços prestados pela **CONTRATADA** é o valor resultante da emissão de passagens, deduzidos os descontos sobre o valor do volume de vendas de passagens, conforme percentual abaixo especificado:

a) **1,33%** (um vírgula trinta e três por cento) sobre o valor do volume de vendas praticadas pelas empresas de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**

2.2. O valor estimado do volume de vendas de passagens terrestres (intermunicipais/interestaduais) para o período contratado é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme tabela abaixo:

Passagens	Valor Estimado	Percentual de Desconto
Terrestres (intermunicipais/interestaduais)	R\$ 150.000,00	1,33%

2.3. Os valores constantes do Lote são meramente estimativos, podendo variar, de acordo com a demanda, durante a execução do contrato, não cabendo à contratada quaisquer direitos caso não sejam atingidos durante o prazo de vigência do contrato.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**3.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

- a) Proporcionar à empresa a ser contratada as condições necessárias, a fim de que possa implantar a solução objeto deste Contrato.
- b) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da empresa contratada, relativas ao objeto deste Contrato.
- c) Indicar um servidor responsável junto à empresa, a fim de que sejam prestadas todas as informações e orientações necessárias à perfeita execução dos serviços.
- d) Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.
- e) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas neste Contrato.
- f) Notificar por escrito a Contratada, acerca de toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços.
- g) Proceder à retenção, em cumprimento às normas e procedimentos previstos na IN n. 1.234/2012, expedida pela Secretaria da Receita Federal, do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP, sobre os pagamentos que efetuar a Pessoas Jurídicas em razão do fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observados os procedimentos pertinentes, exceto para as empresas optantes do "SIMPLES" quando, por ocasião da apresentação da Nota Fiscal, comprovarem a referida opção.



UNEMAT-Reitor
CPL
Fis. nº 22
Rubrica

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**

- h) Nomear um servidor (fiscal do contrato) e seu substituto para efetuar as aquisições das passagens junto à empresa contratada.
- i) O fiscal do contrato, ou seu substituto, terá 07 (sete) dias para efetuar o atesto da fatura, a partir do recebimento em sua Unidade.

**4. CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**4.1. São obrigações da empresa Licitante:**

- a) Proceder à prestação dos serviços dentro das condições e preços ajustados em sua proposta e nos prazos previstos, bem como arcar com as penalidades previstas em lei e neste Edital.
- b) prestar os serviços com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente as normas pertinentes e o estipulado neste contrato;
- c) Protocolar a Nota Fiscal dos serviços prestados, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento deste Tribunal a fim de efetivação do pagamento devido.
- d) Manter durante toda a vigência do respectivo Contrato a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: Certidão Negativa de Débito (CNDT), "Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)", "Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)", "Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União", emitida pela Secretaria da Receita Federal.
- e) Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao TRE/MT ou a terceiros, por ação ou omissão do seu pessoal durante a execução dos serviços.
- f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto deste instrumento, sem a devida anuência deste Tribunal.
- g) Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada;
- h) Na hipótese de interrupção dos serviços, atraso na realização ou qualquer outro motivo que impossibilite sua regular prestação, a empresa fornecedora ficará obrigada a encaminhar justificativa, por escrito, quando for o caso, endereçada à Diretoria-Geral deste Regional para avaliação e adoção das providências que se fizerem necessários;
- i) Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/93;
- j) Permitir a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por servidor designado pelo contratante, em conformidade com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**

- k) Não se valer do contrato para assumir obrigações diante de terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de créditos a serem auferidos em função dos serviços prestados em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do TRE/MT;
- l) Apresentar ao TRE/MT a fatura, discriminando nela os serviços prestados e os respectivos valores;
- m) Efetuar a aquisição das passagens, somente, mediante solicitação expressa do servidor nomeado pelo TRE/MT, ou de seu substituto designado pela Administração em caso de ausência do fiscal do contrato;
- n) efetuar reserva, emissão e fornecimento de passagens de quaisquer empresas;
- o) marcar as passagens nos horários estabelecidos para a partida e o retorno, ou em aberto, caso solicitado;
- p) Informar este Regional os dias e horários disponíveis para aquisição de passagem terrestre;
- q) enviar os bilhetes de passagem para o endereço eletrônico diarias@tre-mt.jus.br, ou em outro informado pelo fiscal do contrato ou, se fizer necessário, colocá-los à disposição dos passageiros nas agências de turismo mais próximas do usuário ou guichês das rodovias;
- r) disponibilizar os bilhetes de passagens no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da solicitação e, excepcionalmente, para os casos urgentes, no prazo de 02 horas (duas) a partir da solicitação;
- s) elaborar roteiros, visando à obtenção de tarifas econômicas;
- t) efetuar, sempre que solicitado pelo TRE/MT (fiscal de contrato), e a qualquer tempo, o cancelamento de bilhetes que tenham sido emitidos, sendo que:
  - i. quando do cancelamento, a empresa deverá efetuar o reembolso no prazo de até 30 (trinta dias), contados da solicitação;
  - ii. quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias terrestres em razão dos cancelamentos das passagens não utilizadas, deverão ser informadas pela contratada e deduzido os respectivos valores;
  - iii. os valores não processados na fatura relativa ao mês da
  - iv. ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela contratada;
  - v. quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos cancelamentos efetuados, o montante a ser glosado deverá ser reembolsado ao TRE/MT mediante recolhimento do valor respectivo por meio de guia de Recolhimento da União – GRU.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

UNEMAT-Reletri:
CPL
Fis. nº 53
Rubrica

- u) apresentar ao TRE/MT a fatura, discriminando nela os serviços prestados e os respectivos valores;
- v) credenciar no TRE/MT, apenas, um funcionário da empresa para prestar atendimento exclusivo e atuar como interlocutor perante este Tribunal dos serviços que constituem objeto desta contratação, dispensando tratamento cordial e respeitoso;
- w) em caso de ausência do funcionário credenciado acima, a empresa deverá nomear, com antecedência, um único funcionário para cumprir as obrigações descritas neste termo de referência;
- x) prestar os serviços com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente as normas pertinentes e o estipulado neste contrato;
- y) não se valer do contrato para assumir obrigações diante de terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de créditos a serem auferidos em função dos serviços prestados em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do TRE/MT;
- z) manter durante toda a vigência do Contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato licitatório;
- aa) repassar ao TRE/MT o percentual de desconto sobre o valor do volume de vendas das passagens que vierem a ser emitidas, oferecido para os serviços de transporte rodoviário, considerando, ainda, as tarifas efetivamente praticadas pelas concessionárias destes serviços, incluindo os promocionais;
- bb) manter atualizados o certificado de regularização de situação (CRF-CEF), a certidão negativa de débito (CND), a CNDT, a certidão conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecendo ao TRE/MT cópias autenticadas;
- cc) Permitir a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual por servidor designado pelo contratante, em conformidade com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93; e
- dd) Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao TRE/MT ou a terceiros, por ação ou omissão do seu pessoal durante a execução dos serviços.
- ee) nos casos não previstos neste Termo de Referência, serão observados os ditames da Lei nº 11.975, de 07 de julho de 2009.
- ff) Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao TRE/MT ou a terceiros, por ação ou omissão do seu pessoal durante a execução dos serviços.
- gg) efetuar pesquisa nas companhias de transportes rodoviários, por meio de sistema informatizado de pesquisa próprio, indicando obrigatoriamente o



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**

menor preço dentre os oferecidos, inclusive aqueles decorrentes de tarifas promocionais ou reduzidas para horários compatíveis com a programação da viagem;

hh) fornecer, por companhia, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens.

**5. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

5.1. Este contrato tem vigência de 20 de fevereiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

**6. CLÁUSULA SEXTA - DA SUJEIÇÃO DAS PARTES**

6.1. A presente contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento, aos preceitos da Lei nº 10.520/2002, à qual se encontra vinculado, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrariem:

- a) Especificações do Objeto constantes no Edital do Processo Administrativo nº 4952/2017;
- b) Proposta da CONTRATADA, com os documentos que a integram acostados ao Processo Administrativo supracitado.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO**

7.1. A execução dos serviços ocorrerá a partir do início da vigência contratual.

**8. CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE**

8.1. O percentual de desconto ofertado será mantido no decorrer da contratação, em nenhuma hipótese será minorado durante a vigência do Contrato.

**9. CLÁUSULA NONA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

9.1. A contratação, objeto do presente instrumento, dar-se-á nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666/1993.

9.2. No caso de cancelamento das passagens terrestre deverá ser observada, quanto ao reembolso, a normatividade da Lei nº 11.975/2009, que dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO**





UNEMAT-Reitoria
CPL
Fls. nº 52
Rubrica

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**

10.1. O TRE efetuará os pagamentos à Contratada, em até **30** (trinta) dias após o protocolo, mediante Ordem Bancária, após a apresentação dos seguintes documentos: nota fiscal, acompanhada de cópia dos bilhetes expedidos, certidões de regularidade fiscal, os quais serão encaminhados por e-mail para [protocolo@tre-mt.jus.br](mailto:protocolo@tre-mt.jus.br), com cópia para [diarias@tre-mt.jus.br](mailto:diarias@tre-mt.jus.br), e atestação do servidor responsável pela fiscalização deste instrumento.

10.2. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

10.3. Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS), com o FGTS – CRF/CEF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas- CNDT e Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela RFB.

10.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

10.5. O TRE/MT pagará à CONTRATADA mediante ordem bancária, emitida em favor da pessoa jurídica, até a data de seu vencimento, desde que não apresente falhas ou incorreções que obriguem seu saneamento.

10.6. A fatura que for apresentada com erro ou cobranças indevidas será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação, iniciando-se o prazo de 30 (trinta) dias da entrega da fatura ajustada.

10.7. Para que as notas fiscais apresentadas possam ser atestadas e encaminhadas para pagamento, estas deverão conter as seguintes especificações:

- a) A data de emissão da nota fiscal;
- b) O CNPJ do TRE/MT: 05.901.308/0001-21;
- c) Quantidades e especificações das passagens que foram entregues;
- d) O valor unitário e total de acordo com a proposta apresentada;
- e) O número da conta bancária da empresa, nome do banco e respectiva agência.

10.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**

contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.8.2. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.8.3. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.9. O CNPJ constante da fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta de preços e na nota de empenho.

10.10. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos incidentes sobre o objeto da contratação, sem qualquer ônus adicional para esta Corte.

10.11. A forma de pagamento, proposta de preços e qualquer outra informação monetária serão expressas, exclusivamente em Reais.

10.12. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, glosas ou indenizações devidas pelo Contratado.

10.13. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

10.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de Declaração, conforme IN/SRF nº 1.234/2012.

10.15. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = 1 \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**

UNEMAT-Reitoria
CPL
Fis. nº 55
Rubrica

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

11.1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta da classificação: 02.122.0570.20GP.0051 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de Mato Grosso, Programa de Trabalho 02.128.0570.4091.0001 - Capacitação de Recursos Humanos da Justiça Eleitoral, 01.14.101.02.061.0570.4269.0001 - Pleitos Eleitorais, e/ou 02.126.0570.7832.0001 - Implantação do Sistema de Identificação do Eleitor. Elemento de despesa 33.90.33 - Passagens e Despesa com Locomoção.

11.2. Foram emitidas em 20/02/2018, as seguintes Nota de Empenho, à conta da dotação orçamentária acima especificada, para atender as despesas inerentes à execução deste contrato:

- a) 2018NE000217, no valor de R\$ 16.866,55 (dezesseis mil, oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos);
- b) 2018NE000216 no valor de R\$ 1.187,24 (um mil, cento e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos);
- c) 2018NE000215 no valor de R\$ 5.404,77 (cinco mil, quatrocentos e quatro reais e setenta e sete centavos);
- d) 2018NE000214 no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- e) 2018NE000213 no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO**

12.1. Durante o período de vigência, o Fiscal/Gestor deste Contrato é o servidor responsável pelo Setor de Diárias e Passagens da CED, titular ou substituto, que fica, desde já designado, devendo este:

- a) promover as avaliações da execução do contrato;
- b) dar conhecimento à Administração do não cumprimento das obrigações tratadas no item 9 deste termo de referência para adoção das providências cabíveis;
- c) atestar a fatura, nos termos contratados, para efeito de pagamento;
- d) solicitar à Diretoria-Geral do TRE/MT as providências que não forem de sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução do contrato.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**

- e) confirmar se os bilhetes de passagem emitidos pela agência de turismo contratada correspondem às reservas efetuadas pela unidade administrativa;
- f) fiscalizar, por amostragem, se os valores de tarifas encaminhados, via sistema, pelas companhias ao buscador encontram-se majorados em relação aos valores oferecidos no mercado e se as condições comerciais mais vantajosas estão sendo cumpridas;
- g) fiscalizar, periodicamente e por amostragem, o valor efetivamente repassado pelas agências às companhias;
- h) fiscalizar o reembolso dos bilhetes emitidos e não utilizados;
- i) comunicar formalmente à instituição financeira ou à agência de turismo, preferencialmente por escrito, sobre qualquer ocorrência de erro de cobrança que venha a identificar, para que a devida correção seja realizada na fatura subsequente.

12.2. Caso o servidor designado encontre indícios de fraude ou falhas na execução contratual, no exercício da fiscalização a que se refere este item, a Administração deverá solicitar providências mediante a instauração de processo administrativo, devendo, se for o caso, aplicar as sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e dos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais previstas no art. 96 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13.1 Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais pela inexecução total ou parcial desta contratação, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no artigo 87 da Lei nº 8666/93, Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 7.892/2013:

- a) Advertência, por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação que não resulte em prejuízo para o serviço deste Tribunal;
- b) Aplicação de multa administrativa na ordem de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, até então executado, nas hipóteses de inexecução total, e de **5% (cinco por cento)**, sobre a parcela inadimplida, se ocorrer inexecução parcial, sem prejuízo de aplicação do ANS, reconhecendo à empresa os direitos deste Tribunal, nos termos do art. 77 da Lei nº 8666/93;
- c) Aplicação de multa administrativa na ordem de **10% (dez por cento)**, na hipótese de não-comprovação de manutenção das condições de habilitação, durante a vigência da Ata ou do Contrato;
- d) Suspensão Temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-MT, pelo prazo de 02 (dois) anos;



UNEMAT-Reitoria
CPL
Fls. nº 56
Rubrica

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**

e) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do Art. 87 da Lei 8666/93.

f) Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência;

13.2. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato.

13.3. A aplicação da sanção de suspensão e declaração de inidoneidade implica a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se comercialmente com a Administração Federal, no âmbito do SISG e dos demais Órgãos/entidades que, eventualmente, aderirem ao SICAF, na forma prevista no item 6.4 da IN MARE nº. 05/95.

13.4. Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a CONTRATADA o faça, ou ocorrendo atraso na entrega das passagens terrestres contratadas, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do TRE/MT, incidente sobre o valor total desta contratação já executado.

13.4.1. A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias. Decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e no instrumento contratual.

13.5. As sanções de multa poderão ser aplicadas juntamente com as demais penalidades prevista neste edital, facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

13.6. Em caso de aplicação da penalidade de multa, o valor será descontado de créditos da CONTRATADA.

13.6.1. Caso a multa não seja recolhida aos cofres públicos, no prazo de (05) cinco dias após notificação do representante legal da CONTRATADA, o valor será



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**

comunicado à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa e posterior execução.

13.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.8. Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo. As penalidades aplicadas serão publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral – DEJE.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PRERROGATIVAS**

14.1. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, relativos ao presente contrato e abaixo elencados:

- a) modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos do art. 65, da Lei nº 8.666/93;
- b) extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666/93;
- c) aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- d) fiscalizar a execução do Contrato.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO**

15.1 O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

15.2 Caberá rescisão administrativa, independentemente de qualquer processo judicial ou extrajudicial, quando:

- a) constar de relatório firmado pelo servidor designado para acompanhamento e fiscalização deste Contrato a comprovação de dolo ou culpa da CONTRATADA, referente ao descumprimento das obrigações ajustadas;
- b) constar do processo, a reincidência da CONTRATADA em ato faltoso, com esgotamento de todas as outras sanções previstas;
- c) ocorrer atraso injustificado, a juízo do CONTRATANTE, na execução dos serviços;
- d) ocorrer falência, dissolução ou liquidação da CONTRATADA;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**

UNEMAT-Reitoria
CPL
Fis. nº 57
Rubrica

e) ocorrer as demais infrações previstas na Lei n.º 8.666/93.

**15.3** Poderá ocorrer rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo nos autos do Processo administrativo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, devidamente justificada.

**15.4** A rescisão amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**15.5** A rescisão judicial ocorrerá nos termos da legislação pertinente à espécie.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO**

**16.1** Este contrato pode ser alterado nos casos previsto no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS VEDAÇÕES**

**17.1.** É vedado à CONTRATADA:

**17.1.1.** Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;

**17.1.2.** Se valer do contrato para assumir obrigações diante de terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de créditos a serem auferidos em função dos serviços prestados em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do TRE/MT;

**17.1.3.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

**17.1.4.** Colocar à disposição da contratante, para o exercício de funções de chefia, pessoal que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da resolução nº 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça (Art. 4º - Resolução 156/2012 - CNJ. (Parecer Asjur nº 578/2012 - SADP 77.575/2012).

**17.1.5.** Contratar funcionários terceirizados, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a esse Tribunal, em cumprimento ao artigo 3º da Resolução CNJ nº 07/2005.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**

**18.1** Caberá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias contados daquela data, em conformidade com o art. 61, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93.

**18.2** As despesas resultantes da publicação deste Contrato correrão por conta do CONTRATANTE.

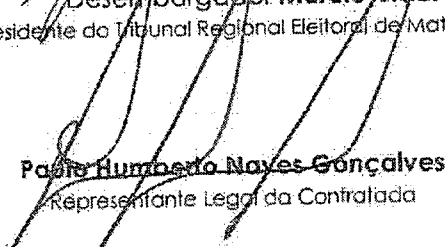
**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

**19.1** Para dirimir questões derivadas deste Contrato fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

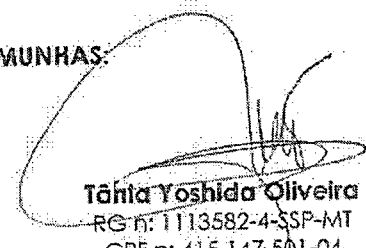
E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 02 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

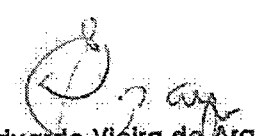
Cuiabá/MT, 20 de fevereiro de 2018.

  
Desembargador **Márcio Vidal**  
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

  
**Paulo Humberto Naves Gonçalves**  
Representante Legal da Contratada

**TESTEMUNHAS:**

  
**Tânia Yoshida Oliveira**  
RG n.º 1113582-4-SSP-MT  
CPF n.º 415.147.501-04

  
**Eduardo Vieira de Araújo**  
RG: 544368 SSP/MT  
CPF: 384.255.991-72





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

UNEMAT-Reitor
CPL
Fis. nº 58
Rubrica

ANEXO I - A - ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

De acordo com a Resolução TSE nº 23.234/TSE de 25 de março de 2010 - Acordo de Nível de Serviços, como anexo ao Contrato nº 04/2018, de prestação de serviços de agenciamento de viagens terrestres ao TRE/MT.

**Definição:** Acordo de Nível de Serviços - ANS é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão Contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

**Definição:** Acordo de Nível de Serviços - ANS é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão Contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

**Objetivo a atingir:** prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.

**Forma de avaliação:** definição de situações (indicadores) que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de pontuação. Pela média aritmética dos índices atribuídos para cada indicativo será obtido um índice global, igual ou inferior a 01 (um), a ser multiplicado pelo valor total do contrato, obtendo-se assim o valor a ser faturado. O índice global igual a 01 (um) traduzirá plena eficiência e qualidade satisfatória do serviço prestado, e resultará na remuneração dos serviços pelo valor integral contratado. Caso obtida média aritmética igual ou superior a 0,99 (noventa e nove centésimos) será esta média considerada igual a 01 (um).

**Apuração:** A fiscalização do contrato preencherá a planilha de cálculo do índice global e a encaminhará ao preposto da Contratada para conhecimento, emissão do documento de cobrança pelo valor ajustado e adoção das medidas recomendadas, se houver, e ao setor administrativo da Contratante, para acompanhamento.

**Sanções:** embora a aplicação de índices aos indicativos seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Administração da Contratante poderá, pela qualidade insuficiente em qualquer dos indicativos, aplicar as penalidades previstas em contrato, ficando desde já estabelecido que a obtenção no período de índice médio igual ou inferior a 0,90 (noventa centésimos) implicará na abertura de procedimento de aplicação de advertência, desde que não seja cabível sanção mais grave, ou de sanção pecuniária na reincidência.

Indicativos e respectivos índices:

GRAU	CORRESPONDÊNCIAS
1	Advertência por escrito
2	Percentual de 0,2% por dia ou por ocorrência, conforme o caso, sobre o valor global do contrato.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**

3	Percentual de 0,4% por dia ou por ocorrência, conforme o caso, sobre o valor global do contrato.
4	Percentual de 0,8% por dia ou por ocorrência, conforme o caso, sobre o valor global do contrato.
5	Percentual de 1% por dia ou por ocorrência, conforme o caso, sobre o valor global do contrato.

INFRAÇÃO		
REF.	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos, ou instrução do fiscalizador, não previstos nesta tabela, que não acarrete prejuízos ao TRE/MT, por ocorrência.	1
2	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos, ou instrução do fiscalizador, não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por ocorrência, limitada sua aplicação a 05 (cinco) ocorrências.	2
3	Demorar mais de 24h para atender as solicitações do Tribunal, após três ocorrências formalmente notificadas pelo fiscal do contrato.	3
4	Apresentar cotações de passagens com valores superiores aos preços apresentados nos sites das empresas, após três ocorrências formalmente notificadas pelo fiscal do contrato.	4
5	Apresentar fatura de cobrança com valores superiores as cotações apresentadas ou aos recibos apresentados no momento da aquisição das passagens, após três ocorrências formalmente notificadas pelo fiscal do contrato.	5

O pagamento pelo serviço prestado ficará vinculado ao cumprimento do Acordo de Nível de Serviços aqui definido. O valor do pagamento será calculado como sendo o valor do contrato subtraído das somas de glosas e multas computadas aplicadas.

$$VTP = VC - TGM$$

Onde:

VTP = Valor Total do Pagamento

VC = Valor do Contrato

TGM = Total de Glosas e Multas

Cuiabá, 20 de fevereiro de 2018.

*[Assinatura]*  
Desembargador Márcio Vidal

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

*[Assinatura]*  
Paulo Humberto Naves Gonçalves

Representante Legal da Contratada

4.º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS  
AV. CEL. MARGONDES, 1489 - CEP 04040-000 - FONE: (16) 3224-0104 - PRESIDENTE PRUDENTE - SP.

PROTESTO: SELMO JOSE CHINCHICK DA SILVA

Protestado, por semelhança, a(s) cópia(s) de: PAULO HUMBERTO NAVES GONÇALVES, no documento com conteúdo escaneado. Dou fé.  
Presidente Prudente-SP, 28 de fevereiro de 2018. Em Teste da verdade  
ELIZABETE SANTOS DA SILVA CRUZ - ESCRIVENTE

Segurança: 5056455000484955495551505553 - Valor: R\$ 2,30

4.º TABELÃO DE NOTAS

Elizabete Santos da Silva Cr

= Escrevente Autorizada =

PRESIDENTE PRUDENTE - SP.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

UNEMAT-Reito
CPL
Fis. nº 39
Rubrica



134

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 38, segunda-feira, 26 de fevereiro de 2018

http://www.comprasnet.gov.br - Abertura das Propostas: 06/03/2018 às 14h00 no site: www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital poderá ser obtido através do e-mail: licitacao@tre-mg.jus.br.

FABIO LEAL BARBOSA

Pregoeiro

(SIDEC - 23/02/2018) 070005-00001-2018NE000067

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

#### DIRETORIA-GERAL

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

#### COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO. Proc. Adm. nº 4952/2017 - CT nº 04/2018. Contratado: Empresa de Transportes Alcantala S.A. - CNPJ: 33.334.262/0001-81. Objeto: Serviços de fornecimento de passagens terrestres. Fund. Legal: Lei do Pregão nº 10.520/02, Dec. nº 5.450/05, e substituição pela Lei nº 8.666/93. Valor: R\$ 130.000,00. Vigência: 2002 a 31/12/2018. Signatários: Des. Márcio Vidal - Presidente do TRE/MG, e pela Contratada, Sr. Paulo Humberto Naves Gonçalves.

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Proc. Adm. nº 6485/2016 - 1º Termo Aditivo ao CT nº 14/2017. Contratado: W. A. Equipamentos e Serviços LTDA. CNPJ: 09.238.496/0001-00. Objeto: Aumento de quantidade. Fund. Legal: art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/1993. Valor total: R\$ 75,00 mensais. Signatários: Des. Márcio Vidal - Pres. do TRE/MG, e pela Contratada, Wellington Rezende Nabuco.

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

#### EXTRATO DE CESSÃO DE USO

PA SEI nº 0010749-02/2017.6.12.8000 - Termo de Cessão de Uso nº 004/2018. Objeto: cessão de uso de 44 urnas eletrônicas para votação (22 urnas e 22 reservas), para realização de eleições para os cargos de Presidente da ACS/PNBM/MS, Presidente do Conselho Fiscal e Diretor Regional, em 23/02/2018. Cessionário: Associação e Centro Social dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Mato Grosso do Sul. CNPJ: 01.113.336/0001-28. Vigência: 90 dias a partir da assinatura. Fundamento Legal: Resolução 457, de 1/3/2011. Assinatura: 2002/2018. Letícia Ferraz de Brito Coutinho - Diretora Geral do TRE/MS, e Edmar Soares da Silva, Presidente da ACS/PNBM/MS.

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

#### DIRETORIA-GERAL

#### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ESPECIE: Ata de Registro de Preços nº 49/18. PROCESSO SEI Nº 0009442-75.2017.6.13.8000. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão nº 59/17 - Eletrônico. OBJETO: registro de preços para eventual fornecimento de material, conforme tabela abaixo. BENEFICIÁRIA (DOIS) ITENS/MS: BAIPE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA E INCENDIO LTDA - EPP. CNPJ: 05.971.273/0001-40. VIGÊNCIA: a partir de 28/02/2018 a 27/02/2019. DATA DE ASSINATURA: 15/02/2018.

ITEM	MATERIAL	UNID	QUANTIDADE MÁXIMA REGISTRADA	PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO (R\$)
01	Suporte de piso, tipo "tripé" para extintor de incêndio tipo CO2, capacidade 4 Kg. Marca Exbras. Fabricante: Elpas.	Un	09	25,19
02	Suporte de piso, tipo "tripé" para extintor de incêndio tipo CO2, capacidade 6 Kg. Marca Exbras. Fabricante: Elpas.	Un	184	25,19

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

#### AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO Nº 17/2018

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U. em 08/02/2018. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para desenvolvimento, implementação e validação do sistema de segurança contra incêndio e pânico, incluindo elaboração e aprovação de projetos de Sistema

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

#### EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Processo nº 1601727/2014 - 1º TA ao Contrato 15/14. Contratada: Telefônica Brasil S.A. Vigência: A partir da assinatura. Objeto: Prorrogação do Contrato. Valor: R\$363.744,00. Classificação: 3390.37.02 - PT - 02.122.0570.20GP0031. NE: 2018NE000503. Fundamento Legal: Art. 65, II, c e art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e Cláusula 6ª do Contrato. Signatários: Des. José Edgard Faria Amorim Pereira pelo TRE-MG e Carlos Drago de Assis Lima e Wellington Xavier da Costa - Procuradores, pela Contratada, Assinatura: 05-02-2018. Processo nº 1406682/2014 - 4º TA ao Contrato 33/14. Contratada: 3A Locação e Mão de Obra Ltda-ME. Vigência: A partir da assinatura. Objeto: Prorrogação do Contrato. Valor: R\$55.800,60. Classificação: 3390.37.02 - PT - 02.122.0570.20GP0031. NE: 2018NE000539. Fundamento Legal: Art. 65, II, c e art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e Cláusula 6ª do Contrato. Signatários: Adriano Denardi Junior - Diretor-Geral pelo TRE-MG e Lauro Emanuel Bezerra Rodrigues - Procurador, pela Contratada, Assinatura: 16/02/2018. Processo nº 1406682/2014 - 5º TA ao Contrato 34/14. Contratada: 3A Locação e Mão de Obra Ltda-ME. Vigência: A partir da assinatura. Objeto: Prorrogação do Contrato. Valor: R\$46.184,26. Classificação: 3390.37.02 - PT - 02.122.0570.20GP0031. NE: 2018NE000539. Fundamento Legal: Art. 65, II, c e art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e Cláusula 6ª do Contrato. Signatários: Adriano Denardi Junior - Diretor-Geral pelo TRE-MG e Lauro Emanuel Bezerra Rodrigues - Procurador, pela Contratada, Assinatura: 19/02/2018.

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 10/2018 - UASC 070014

Nº Processo: 1.709.221/2017. Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação dos serviços de TV por assinatura Total do Ilum. Licitados: 00001. Edital: 26/02/2018 de 08h00 às 17h00. Endereço: Av. Prudente de Moraes, N. 140 - Ficares, Bairro Cidade Jardim, Cidade Jardim - BELO HORIZONTE - MG ou www.comprasgovernamentais.gov.br/licita/070014-05-10-2018. Entrega das Propostas a partir de 26/02/2018 às 08h00 no site: www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/03/2018 às 14h00 no site: www.comprasnet.gov.br.

CARLA CRISTINA BAETA SCARPELLI

Equipe de Apoio

(SIDEC - 23/02/2018) 070014-00001-2018NE000001

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 22/018

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará, sito em Rua João Diogo, nº 288 - Belém/PA, NOTIFICA, nos termos do art. 37, caput, da CF/88, c/c o § 4º do art. 26 da Lei nº 9.784/99, a Sociedade Empresária ENVOLART INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPEL LTDA - CNPJ/ME nº 02.591.683/0001-

13, que se encontra em exercício, inerte e não habido, por: querendo apresentar DEFESA PRELIMINAR, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ante a intenção da Administração de rescindir o Contrato estabelecido pela Nota de Empenho nº 2017NE000189, em razão de inexecução contratual por parte da contratada, cuja fulcro no item XIII.3.1 do Termo de Referência do Edital de Licitação nº 38/2017, c/c o Art. 79, I da Lei nº 8.666/1993, e ante a possibilidade de aplicação das penalidades previstas no item XIII.1.6 do mesmo instrumento (salvo na medida da execução do contrato); c/c o Art. 7º da Lei 10.520/2002. Ao responder a esta notificação, fazer referência ao Processo Eletrônico nº 0010330-83.2017.6.18.8000, para maior ciência e no andamento processual.

EDSON DA CRUZ COSTA

Diretor-Geral

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARATIBA

#### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 0007403-53.2017.6.15.8000

OBJETO: Contratação do serviço de fornecimento de água e tratamento de esgoto para o Cartório da 4ª Zona Eleitoral, localizado em Alagoinha/PA, durante o exercício de 2018. CONTRATADA: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAB. CNPJ: 09.824.541/0001-40. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 300,00 (trezentos reais). FUNDAMENTO: LEGAL: art. 28º caput da Lei nº 8.666/93. AUTORIZAÇÃO: multiplicação em 22/02/2018, pelo Exmo. Juiz Membro Bruno Wanderley César Segunda, Presidente do TRE-PA, em Exercício.

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 22/018

Nº PAD 10516/2017 - Originação do Contrato 100/2017. Contratado: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratado: BUFFALO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME. CNPJ da Contratada: 07.481.092/0001-95. Objeto: Prorrogação contratual de 1 (um) mês e o percentual previsto no contrato de reforma e modernização das instalações do Fórum Eleitoral de Gramma/PR. Valor: R\$ 35.690,15. Fundamento Legal: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93. Vigência: 05/03/2018 a 03/04/2018. Data de Assinatura: 22/02/2018.

03	Suporte de piso, tipo "tripé" para extintor de incêndio tipo AP, capacidade 10 litros. Marca Exbras. Fabricante: Elpas.	Un	50	25,19
04	Suporte de piso, tipo "tripé" para extintor de incêndio tipo PQS, capacidade 4 Kg. Marca Exbras. Fabricante: Elpas.	Un	39	25,19
05	Suporte de piso, tipo "tripé" para extintor de incêndio tipo PQS, capacidade 6 Kg. Marca Exbras. Fabricante: Elpas.	Un	20	25,19
06	Suporte de piso, tipo "tripé" para extintor de incêndio tipo PQS, capacidade 8 Kg. Marca Exbras. Fabricante: Elpas.	Un	09	25,19
07	Suporte de piso, tipo "tripé" para extintor de incêndio tipo PQS, capacidade 12 Kg. Marca Exbras. Fabricante: Elpas.	Un	186	25,19

#### DIRETORIA-GERAL ASSESSORIA JURÍDICA AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

Processo nº 37.641/2017

A Sra. Diretora-Geral torna pública a homologação da licitação, mediante Pregão Eletrônico nº 6/2018, para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de elevadores, sendo como vencedora do item único a empresa Elevadores Elpas Ltda - EPP pelo valor de R\$22.370,92.

REFANE LOPES DE OLIVEIRA

Pregoeira

(SIDEC - 23/02/2018) 070017-00001-2018NE000020

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.tre-rj.jus.br/autenticidade.html>, pelo código 00032018022600134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2 de 24/09/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



UNEMAT-Reitoria
CPL
Fis. nº 60
Rubrica

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2018 - UNEMAT**

Termo de Contrato que entre si celebram a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA TIM TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES EIRELI EPP** objetivando a **Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Fornecimento de Passagens Terrestres Intermunicipais**, para atender às demandas específicas da UNEMAT.

**PREÂMBULO**  
**DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES**  
**DA FINALIDADE E DO FUNDAMENTO LEGAL**

Contrato que entre si celebram, de um lado a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT**, criada sob a forma de Fundação através da Lei Complementar nº 030, de 15 de dezembro de 1.990, alterada pela Lei Complementar nº 319, de 30 de Junho de 2008, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.367.770/0001-30, com sede na Av. Tancredo Neves, nº 1.095, Bairro Cavahada III, na cidade Cáceres-MT, neste ato, representada por sua **Magnífica Reitora Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo**, brasileira, separada judicialmente, funcionária pública estadual, portadora da C.I. nº 40403990 SSP/PR e do CPF/MF nº 640.333.419-00, residente e domiciliada nesta cidade, neste ato, denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **TIM TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES EIRELI EPP**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.421.118/0001-06, com endereço sede na Avenida Governador João Ponce de Arruda, s/nº, Aeroporto Marechal Rondon, Setor de Hangar, 15, CEP 78.110-900, Várzea Grande/MT, neste ato, representada pelo **Sr. Túlio de Barros Bomfim**, portador da C.I. nº 39.472.442-2 SSP/SP e do CPF/MF nº 373.925.118-23, residente e domiciliado em Cuiabá/MT, denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato, nos termos da Adesão Carona à Ata de Registro de Preços nº 115/2017/Prefeitura Municipal de Sinop, oriunda do Pregão Presencial nº 06/2017/PMS SRP 007/2017 e processo nº **49649-2018 - UNEMAT**; têm como justos; pactuados e contratados este ajuste, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações e no que couber, a lei 10.520, de 17/07/2002, Decreto Estadual nº 840/2017 e supletivamente, nos casos omissos, as demais normas e princípios do direito público e finalmente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, pelas disposições de direito privado e pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

**DA FINALIDADE:** O presente Contrato tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual com vistas à execução dos trabalhos definidos e especificados na **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO** sendo que sua lavratura foi regularmente autorizada conforme processo administrativo nº 49649/2018-UNEMAT.

**DO FUNDAMENTO LEGAL:** O presente Contrato decorre de **Adesão Carona à Ata de Registro de Preços nº 115/2017/Prefeitura Municipal de Sinop, oriunda do Pregão Presencial nº 06/2017/PMS SRP 007/2017**, nos termos e condições do Termo de Referência do EDITAL, conforme consta do Processo Administrativo acima mencionado, submetendo-se as partes às disposições constantes da Lei nº 8.666, de 21.06.93, às cláusulas e condições aqui estabelecidas e às normas vigentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1 O objeto do presente instrumento trata da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento e fornecimento e fornecimento de passagens terrestres intermunicipais para atender as demandas específicas da Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, selecionada no Pregão Presencial nº 06/2017/PMS SRP 007/2017, em conformidade com o projeto/plano/termo apresentado.
- 1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital nº 06/2017/PMS SRP 007/2017 e demais anexos, independente de transcrição.

**Parágrafo Único:** Nenhuma alteração, modificação, acréscimo ou decréscimo, variação, aumento ou diminuição de quantidade ou de valores, ou das especificações e disposições contratuais poderá ocorrer, inclusive quanto à habilitação e qualificação do contratado no certame licitatório, salvo quando e segundo a forma e as condições previstas na Lei nº. 8.666/1993.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO CONTRATUAL**

- 2.1. Prazo de Vigência: O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado de acordo com as especificações legais.



### CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. O bilhete de passagem será emitido no ato da apresentação da requisição de passagem, devidamente assinada pelo servidor competente indicado pela Universidade do Estado de Mato Grosso.
- 3.2. Os serviços deverão ser prestados diariamente, mediante as necessidades e demanda da detentora do Contrato.
- 3.2.1. O não cumprimento do estabelecido acima não será considerado como inadimplência se provocado por atos ou fatos imprevisíveis não imputáveis à detentora do Contrato e devidamente aceitos pela Contratante.
- 3.2.2. A prestação de serviços no transporte de passageiros deverá ser realizado através de ônibus rodoviário com parada nos terminais rodoviários do Estado de Mato Grosso, possuindo no mínimo 42 lugares, com climatização de ar condicionado, banheiros internos, poltronas reclináveis e os itens de segurança previstos em lei.
- 3.3. A prestação dos objetos deste edital compreenderá as seguintes atividades e obrigações:
- 3.3.1. Fornecer o bilhete de passagem mediante a entrega de requisição de passagem devidamente assinada pelo servidor competente indicado pelo órgão;
- 3.3.2. Manter contato com a ADMINISTRAÇÃO sobre quaisquer assuntos relativos à prestação dos serviços objeto deste Contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;
- 3.3.3. Estabelecer normas e procedimentos, em conjunto com o órgão, para o fluxo operacional da prestação de serviços objeto deste Contrato;
- 3.3.4. Designar pessoal qualificado para a execução das atividades decorrentes deste objeto, responsabilizando-se pela qualidade da prestação dos serviços objeto deste Contrato;
- 3.3.5. O bilhete de passagem será emitido no ato da apresentação da requisição de passagem, devidamente assinada pelo servidor competente indicado pela Universidade do Estado de Mato Grosso.
- 3.3.6. Prestação de informações sobre frequência de horários de partida e previsão de chegada;
- 3.3.7. Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Administração, com relação ao fornecimento de bilhetes de passagem terrestres;
- 3.3.8. Não transferir total ou parcialmente qualquer parte deste Contrato, sem prévia autorização do Município e não se eximindo, com isso de suas responsabilidades e obrigações derivadas deste;
- 3.3.9. É expressamente vedada a detentora do Contrato fornecer passagens com requisições sem assinatura, sob pena de não pagamento das mesmas;
- 3.3.10. Atender as requisições somente com assinaturas autorizadas;
- 3.3.11. É vedada a conversão das requisições em qualquer espécie, principalmente em numerário;
- 3.3.12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Unemat ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços prestados, objeto deste Contrato, independente da fiscalização ou acompanhamento pela Universidade do Estado de Mato Grosso;
- 3.3.13. Corrigir, as suas despesas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios ou incorreções, resultantes da execução deste Contrato;
- 3.3.14. Responsabilizar-se pela execução do Contrato dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais requisitos previstos na Lei nº 8.078/90, assegurando-se à UNEMAT todos os direitos inerentes à qualidade de "consumidor", decorrentes do Código de Defesa do Consumidor;
- 3.3.15. Manter sigilo absoluto com relação a qualquer informação confidencial que venha a ter acesso, durante a execução deste Contrato;
- 3.3.16. Apresentar o relatório a seguir, juntamente com os comprovantes de serviços para pagamento, objetivando o controle do desempenho dos serviços prestados pela agência detentora do Contrato:

PASSAGEM (TRECHO)	VALOR ESTIMADO R\$	% DE DESCONTO OBTIDO NA LICITAÇÃO	VALOR DO DESCONTO R\$	VALOR TOTAL (R\$)
PASSAGEM TERRESTRE INTERMUNICIPAL	Até R\$ 446.000,00	11,5% (onze e meio por cento)	R\$ 46.000,00	Até R\$ 400.000,00

### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

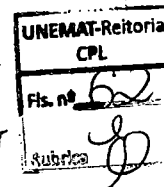
4.1. O desconto fixo oferecido pela detentora do Contrato à UNEMAT é de 11,50 % (onze virgula cinquenta por cento) sobre o valor líquido das passagens terrestres emitidas, independente do trajeto a ser utilizado.

4.2. O valor total do presente Contrato é de **R\$ 400.00.000,00 (quatrocentos mil reais)**.

O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a legislação para pagamento vigente no âmbito do Estado do Mato Grosso, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contratante;



ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA DE CONTRATOS E CONVENIOS



4.2.1 A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

4.3 Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas a CONTRATADA, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

4.4 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

4.5 O CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

4.6 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA.

4.7 O pagamento a CONTRATADA para a execução dos serviços/objeto deste termo conforme especificações, constante do relatório analítico de despesa devidamente aprovado pelo CONTRATANTE;

4.8 Para pagamento, a agência contratada deverá apresentar os devidos relatórios de emissão de passagem conforme seção 13 do termo de referência, a nota fiscal e os seguintes documentos, conforme Decreto Estadual 614/2003:

- Demonstrativos de calculo do valor final da operação;
- Via do bilhete de passagem ou printer, no caso de bilhete eletrônico;

AGEM (TRECHO)	R DA PASSAGEM	E DESCONTO OBTIDO NA AÇÃO	R A SER D (R\$) TOTAL

4.9 Para as operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme **Protocolo ICMS42/2009**, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site [www.sefaz.mt.gov.br/nfe](http://www.sefaz.mt.gov.br/nfe).

4.10 Quanto o pagamento deverão ser cumpridas às determinações da **Instrução Normativa 001/2007 – SAGP/SEFAZ publicada no DOE de 25/05/2007, do Decreto Estadual nº 8199/2006 e Decreto Estadual nº 011/2015**, onde fixam critérios para o pagamento relativos às aquisições de bens, contratações de serviços, locações de bens móveis e imóveis e dá outras providências.

4.11. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental.

4.12 Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados;

4.13 No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor devido, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE do período compreendido entre a data final do adimplemento e a do efetivo pagamento.

4.14 O valor devido deverá ser acrescido de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, apurados desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

4.15 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.16 Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

4.17 Não serão efetuados quaisquer pagamento enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

4.18 O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor;
- b) Prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor;
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

4.19 Nos casos de contratação de mão-de-obra (terceirização) a liberação de pagamento somente ocorrerá mediante comprovação de quitação das verbas trabalhistas e previdenciárias, havendo a possibilidade de a Administração efetuar o pagamento das verbas trabalhistas, quando estas não forem efetuadas, diretamente aos empregados.

**CLAUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 Os recursos para pagamento dos serviços do referido objeto será (ao) da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentárias:





Universidade do Estado de Mato Grosso  
Orgão: 26.201  
Projeto Atividade: 2007  
Elemento de Despesa: 3390.3300  
Fonte: 100/240/193/393.

#### CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. São obrigações da Contratada, além da prestação dos serviços do objeto deste Contrato e daqueles descritos no Termo de Referência do Edital:

- Prestar os serviços, conforme o solicitado pelo Contratante, obedecendo os prazos estabelecidos;
- Conduzir os serviços de acordo com a legislação vigente;
- Prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- Prestar, sem quaisquer ônus para o Contratante, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no objeto, sempre que a ela imputáveis;
- Responder, exclusivamente, por todos os encargos sociais e trabalhistas, tributos, taxas, contribuições, seguros e indenizações decorrentes da prestação do objeto licitado;
- Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação que deu origem à contratação;
- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

#### CLAUSULA SÉTIMA - DA CESSÃO DO CONTRATO

7.1. A Contratada não poderá ceder ou transferir a terceiros os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, sem a prévia e expressa concordância do Contratante.

#### CLAUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. O Presente Contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo Contratante, ou por acordo entre as partes, nas hipóteses previstas nos incisos I e II, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

#### CLAUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002.

9.2 Após o devido Processo Administrativo, a penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Estado.

9.3. Nos casos previstos no art. 7º da Lei 10.520/2002, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

9.3.1. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato;

9.3.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

9.3.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da empresa, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

9.3.4. Impedimento de licitar e contratar com o Município por período não superior a 5 (cinco) anos.

9.3.5. A aplicação da sanção prevista no item 8.3.4, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 8.3.1., 8.3.2., 8.3.3., principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

9.4. As sanções previstas nos itens 8.3.1., 8.3.2., 8.3.3., poderão ser aplicadas conjuntamente com o item 8.3.4., facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

9.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 8.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

9.6. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

#### CLAUSULA DECIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. Será rescindido o presente Contrato após garantida a ampla defesa e o contraditório, sem direito a indenização de qualquer espécie, por parte da Contratada, se esta:





- a) Não cumprir ou cumprir irregularmente qualquer das obrigações deste Contrato, especificações, ou prazo;  
b) Subcontratar, transferir ou ceder, total ou parcialmente o Contrato a terceiros, bem como na fusão, cisão ou incorporação com outrem, sem autorização da UNEMAT, sem prejuízo da multa prevista no item 8.5 "b";  
c) Executar trabalhos com imperícia técnica;  
d) Falir, requerer concordata, liquidação judicial ou extrajudicial;  
e) Paralisar ou cumprir lentamente os serviços, sem justa causa;  
f) Atrasar o cronograma, sem justa causa;  
g) Demonstrar incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé;  
h) Atrasar injustificadamente o início do serviço;  
i) Descumprir o disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 9.854/99.

10.2. Este Contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo, atendida a conveniência do Município, mediante termo próprio e medição rescisória, recebendo a Contratada o valor dos serviços já executados até o momento da rescisão.

10.3. Este Contrato poderá, igualmente, ser rescindido por via judicial, nos termos da legislação vigente.

10.4. Caso a UNEMAT não utilize a prerrogativa de rescindir o presente Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento da fatura até que a Contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.5. A Contratada reconhecerá os direitos da UNEMAT nos casos de rescisão previstos nos art. 77 a 80, no que couber, da Lei n.º 8.666/93.

10.6. Nos casos de rescisão do Contrato, a Contratada ficará sujeita às penalidades previstas na Lei, não tendo direito a qualquer indenização, ressalvando-se o artigo 79, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

11.1. A troca eventual de documentos entre as partes será feita por meio de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão resolvidos em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e com os Princípios Gerais de Direito.

12.2. A abstenção por parte do Contratante da utilização de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam, em razão deste Contrato ou de leis, não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, a seu exclusivo juízo, sem gerar precedendo invocável.

12.3. O Presente Contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito privado, obrigando as partes ao seu fiel cumprimento e, em especial, ao das normas da Lei Federal nº 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Fica dispensada a prestação de garantia para execução do contrato, conforme faculta o artigo 56 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

14.1 No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no Art. 109 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

##### 15.1 FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

15.2 A fiscalização da prestação dos serviços será exercida pelos servidores Jorge Maurício de Andrade matrícula nº 124728 - fiscal, e, na sua ausência, na qualidade de suplente de fiscalização o servidor Laércio Santana da Silva, matrícula 97055, por meio da portaria a ser confeccionada na forma prevista na Lei 8.666/93 e suas alterações, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a contratada (Lei 8.666/93).

15.3 Ao Gestor do Contrato, designado oficialmente pela contratante, ou seja, diretor (es) da Unidade Gestora, compete analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem contratados de acordo com as disponibilidades orçamentárias/financeiras e as necessidades da contratante.

15.4 Ao Fiscal do Contrato, designado oficialmente pela contratante cabe, no mínimo:

15.4.1. Acompanhar a execução, bem como o controle de quantidade e qualidade dos serviços;

15.4.2 Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da contratada, sempre que for preciso;

15.4.3 Notificar a contratada sobre situações irregulares;



15.4.4 Fiscalizar a execução dos serviços, condizentes com a legislação vigente.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666-93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2 A contratante poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.3 A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

16.4 A nulidade não exonera a contratante do dever de indenizar a contratada pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

16.5 Será permitida a subcontratação parcial do objeto do contrato, quando se verificarem as hipóteses de impossibilidade técnica da realização do serviço solicitado a empresa contratada, desde que esta se responsabilize pelo seu fornecimento/serviço e consequente garantia.

#### CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CLAUSULA ANTICORRUPÇÃO

17.1 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

#### CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 Fica eleito o foro de Cáceres, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cáceres – MT, 19 de março de 2018.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PROFA. DRA. ANA MARIA DI RENZO

TULIO DE BARROS BOMFIM

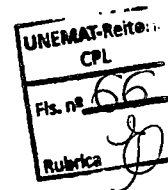
Diretoria Adm. de Contratos e  
Convênios - DACC  
Visto  
PGF/UNEMAT



ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA DE CONTRATOS E CONVENIOS



TIM TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES EIRELI EPP



TESTEMUNHAS:

Rafael Morais Pinto  
C.I. Nº 1.310.545-0 SSP/MT

Joice Jeronimo Silva  
C.I. Nº 1491238-4 SSP/MT

Diretoria Adm de Contratos e  
Convênios - DACC  
Visto  
PGF/UNEMAT

Cidades no período de 09:00 as 12:00 horas e 14:00 as 18:00.

Inscrições e impugnações sobre o teor do edital deverão ser realizados somente mediante registro de protocolo junto à Secretaria de Estado das Cidades, no endereço constante no preâmbulo deste Aviso.

Cuiabá, 28 de março de 2018.

**Wilson Pereira dos Santos**  
Secretário de Estado das Cidades  
\*Original assinado

### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

#### UNEMAT

#### UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

##### EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2018 UNEMAT

**PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO/ VERIDIANE TREVISAN DAL BEM**

**DO OBJETO:** Contratação de Empresa Especializada, na elaboração de Projetos Executivos completos, para atender a demanda da Universidade do Estado de Mato Grosso, visando: a Elaboração de Projetos Básicos e Executivos para reforma e adequações de um Hangar, localizado na Cidade Universitária, inclui os serviços de projeto arquitetônico, estrutural, hidráulico, sanitário, elétrico, prevenção e combate a incêndio e pânico, instalação de cabeamento estruturado, instalações de SPDA, rede de esgoto, memoriais, quantitativos, cronograma físico-financeiro, orçamento da edificação e projeto de acessibilidade, no município de Cáceres/MT.

**DA ASSINATURA:** 13/03/2018

**DO VALOR:** R\$ 7.705,37 (sete mil setecentos e cinco reais e trinta e sete centavos).

**FISCAL DO CONTRATO:** Marcos Lázaro Guimarães - Matrícula: 110694

**DA VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.

**ASSINAM:** Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo-Reitora; Sra. Veridiane Trevisan Dal Bem - Representante Legal.

##### EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2018 UNEMAT

**PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO/ SETAE - SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO LTDA - EPP DO OBJETO:** Fornecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário pela contratada à contratante para a sede do Câmpus Universitário de Nova Xavantina, localizado na Rua Prof. Dr. Renato Figueiro Varella, s/n - Nova Xavantina/MT nos termos do processo nº 375538/2017 - UNEMAT.

**DA ASSINATURA:** 16/03/2018

**DO VALOR:** R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

**FISCAL DO CONTRATO:** Fernando Botelho de Paula, matrícula nº 80571

**DA VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.

**ASSINAM:** Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo - Reitora; Sr. José Vidal de Oliveira - Representante Legal.

##### EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2018 UNEMAT

**PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO/ TIM TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES EIRELI EPP DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento e fornecimento e fornecimento de passagens terrestres intermunicipais para atender as demandas específicas da Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, selecionada no Pregão Presencial nº 06/2017/PMS SRP 007/2017, em conformidade com o projeto/plano/termo apresentado.

**DA ASSINATURA:** 19/03/2018

**DO VALOR:** R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

**FISCAL DO CONTRATO:** Jorge Maurício de Andrade matrícula nº 124728

**DA VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.

**ASSINAM:** Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo - Reitora; Sr. Túlio de Barros Bomfim - Representante Legal.

##### EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2018 UNEMAT

**PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO/ DAINA LIMA DE ALMEIDA ME**

**DO OBJETO:** Contratação de serviços especializados de Colação de Grau unificada dos formandos da UNEMAT do Câmpus Universitário de Alta Floresta, da Universidade do Estado de Mato Grosso

**DA ASSINATURA:** 19/03/2018

**DO VALOR:** R\$ 26.100,00 (vinte e seis mil e cem reais).

**FISCAL DO CONTRATO:** Andressa Callegari Silva - Matrícula: 258040

**DA VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.

**ASSINAM:** Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo - Reitora; Sra. Daina Lima de Almeida - Representante Legal.

##### EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2018 UNEMAT

**PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO/ TRANSAMÉRICA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI**

**DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços de vigilância armada e desarmada para atender a demanda da Universidade do Estado de Mato Grosso (Sede Administrativa e Câmpus)

**DA ASSINATURA:** 26/03/2018

**DO VALOR:** R\$ 5.728.907,04 (cinco milhões setecentos e vinte e oito mil novecentos e sete reais e quatro centavos).

**FISCAL DO CONTRATO:** Carlos Aparecido Alves Amorim, matrícula nº 249142

**DA VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.

**ASSINAM:** Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo - Reitora; Sra. Cláudia Valéria Franco - Representante Legal.

##### EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2018 UNEMAT

**PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO/ INTEGRAL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**

**DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços de vigilância armada e desarmada para atender a demanda da Universidade do Estado de Mato Grosso (Sede Administrativa e Câmpus)

**DA ASSINATURA:** 26/03/2018

**DO VALOR:** R\$ 648.630,00 (seiscentos e quarenta e oito mil e seiscentos e trinta reais).

**FISCAL DO CONTRATO:** Carlos Aparecido Alves Amorim matrícula nº 249142

**DA VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.

**ASSINAM:** Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo - Reitora; Sra. Priscila Analu da Silva Previato - Representante Legal.

##### EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2018 UNEMAT

**PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO/ KONNTE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**

**DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços de vigilância armada e desarmada para atender a demanda da Universidade do Estado de Mato Grosso (Sede Administrativa e Câmpus)

**DA ASSINATURA:** 26/03/2018

**DO VALOR:** R\$ 641.935,80 (seiscentos e quarenta e um mil novecentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos).

**FISCAL DO CONTRATO:** Carlos Aparecido Alves Amorim matrícula nº 249142

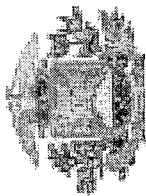
**DA VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.

**ASSINAM:** Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo - Reitora; Sr. Devair Carolino - Representante Legal.

##### EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 089/2017 UNEMAT

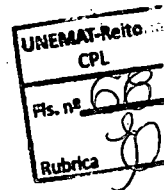
**PARTES: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO / STUDIO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**

**DO OBJETO:** Termo aditivo de acréscimo de 14,28 % dos quantitativos iniciais do contrato em virtude de incremento na demanda inicialmente



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS  
Mapa Estimativo

Item	Lote	Unid	Descrição	UNEMAT	Total
				Solicitado	
1	Lt 001	R\$	FORNECIMENTO DE PASSAGEM TERRESTRE, INTERMUNICIPAL, PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO SOBRE A TARIFA.	1000000	1000000
Total do Lote:				1000000	1000000
Total Geral:				1000000	1000000

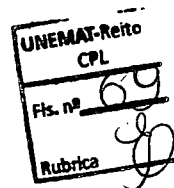




GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS  
Pesquisa de Quantitativo

Pesquisa De Quantitativo	
Código: 365	Tipo dos Itens: Serviço
Descrição: RP Serviços de Agenciamento e Fornecimento de Passagens Terrestres Intermunicipais	
Período: Anual	
Data de Encerramento: 03/12/2018	Número Ata:
Pesquisa Anterior:	

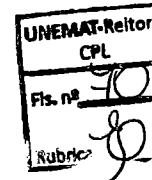
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOTE	QUANT.
1	51177	FORNECIMENTO DE PASSAGEM TERRESTRE, INTERMUNICIPAL, PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO SOBRE A TARIFA.	R\$	Lt 001	1000000







GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS  
Planilha de Aquisição



DADOS DO PROCESSO			
Processo:	0612995	Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO
Órgão:	UNEMAT		
Objeto:	RP Serviços de Agenciamento e Fornecimento de Passagens Terrestres Intermunicipais		

DADOS DA PLANILHA DE AQUISIÇÃO			
Planilha:	001/2018	Solicitante:	UNEMAT
Telefone:	(65) 3221-0014	Número do PED:	
Tipo da Planilha:	Serviço	Unidade Orçamentária:	0
Descrição Global:	RP Serviços de Agenciamento e Fornecimento de	Qtde Meses do Serviço:	12
Observações:	Registro de preços para futura e eventual		
Data:	03/12/18 10:58		

DADOS DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA								
Órgão	Exercício	Data de Criação	Número da Nota de Dotação	Subelemento	Elemento Despesa	Plano Interno	Fonte Recurso	Valor
UNEMAT	2018	03/12/2018	Registro de preços	33903302	339033	12122036200799 00 - ESTADO - UNEMAT	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOUREIRO ESTADUAL	1.000.000,00

Item	Código	Descrição	Unidade	Lote	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	51177	FORNECIMENTO DE PASSAGEM TERRESTRE, INTERMUNICIPAL, PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO	R\$	Lt 001	100000 0		
Valor Total Unitário:							
Valor Total Global:							

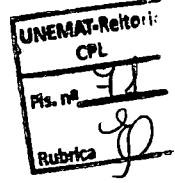


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS

Mapa Comparativo de Preços

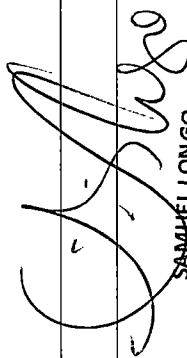
Processo: 0612995				Critério de Classificação: GLOBAL				
Órgão: UNEMAT				Geração do Mapa: TODOS				
Tipo de Julgamento: Maior Desconto								
Item	Qtde	Un.	Código	Descrição	Fornecedor	Origem	Valor Unit.	Valor Total
Lt 001								
1	1000000	R\$	51177	FORNECIMENTO DE PASSAGEM TERRESTRE, INTERMUNICIPAL, PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO SOBRE A TARIFA.	AMERICAN TUR LTDA ME	Pesquisa de Preço	1,00	1.000.000,00
					EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A	Pesquisa de Preço	1,00	1.000.000,00
					ARARAUNA TURISMO ECOLÓGICO LTDA - EPP	Pesquisa de Preço	1,00	1.000.000,00
					RESULTADO		1,00	1.000.000,00
TOTAL DO LOTE							1,00	1.000.000,00
TOTAL								1.000.000,00

*[Assinatura]*



Elaborado por:	Data: 03.12.2018
----------------	------------------

Observação:

  
**SAMUEL LONGO**  
 Assessor Especial de Aquisições  
 UNEMAT-Reitoria  
 Portaria 105/2015